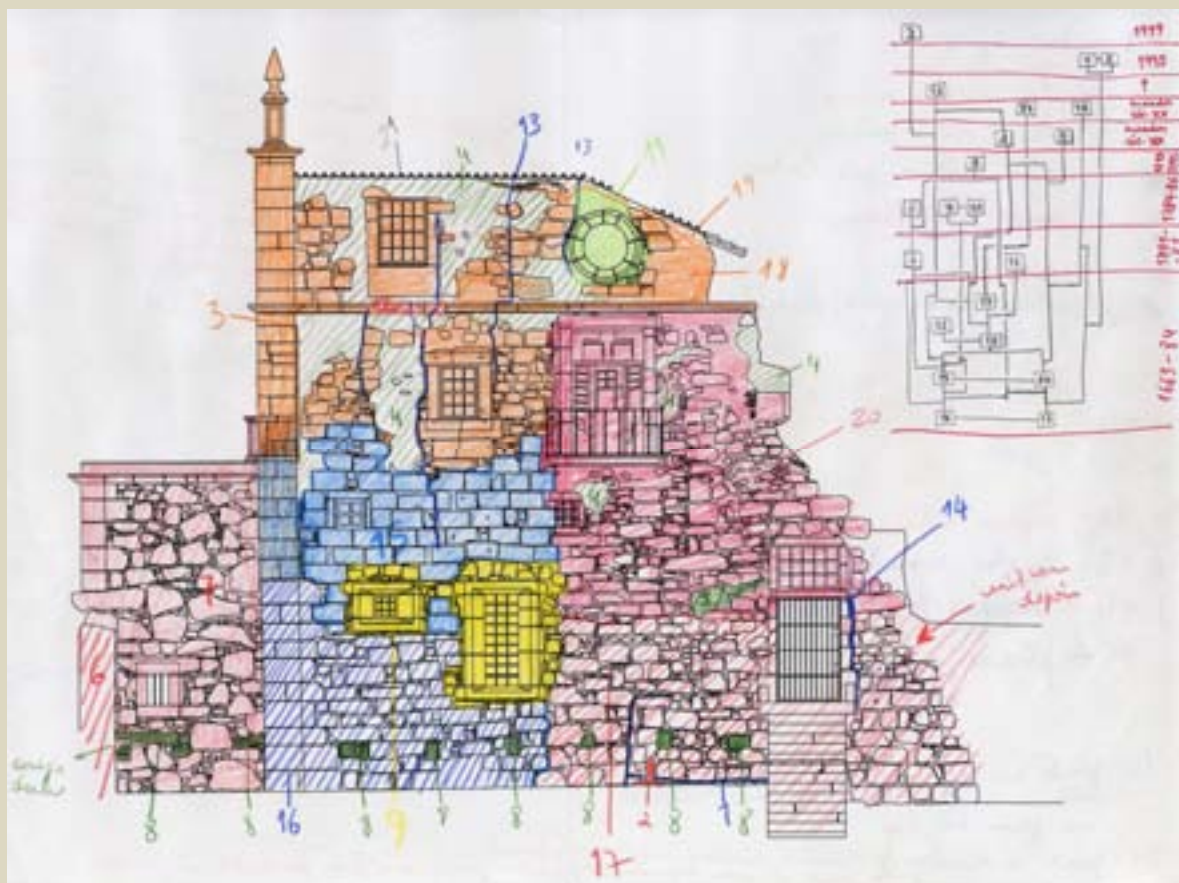




MOSTEIRO DE SANTO ANDRÉ DE RENDUFE (Rendufe, Amares)

Análise de Paramentos e Evolução Arquitectónica do Edificado



ESTUDO PRÉVIO

Luís Fontes

TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS DA U.A.U.M. / MEMÓRIAS, N.º 6, 2010

Ficha Técnica

Editor: **UNIDADE DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DO MINHO**
Avenida Central, 39
P 4710-228 Braga

Direcção: **LUÍS FONTES E MANUELA MARTINS**

Ano: **2010**

Suporte: **EM LINHA**

Endereço electrónico: <https://www.uaum.uminho.pt/edicoes/revistas>

ISSN: **1647-5836**

Título: MOSTEIRO DE SANTO ANDRÉ DE RENDUFE (Rendufe, Amares). ANÁLISE DE PARAMENTOS E EVOLUÇÃO ARQUITECTÓNICA DO EDIFICADO. ESTUDO PRÉVIO

Autor: **LUÍS FONTES**



Unidade de Arqueologia

Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M. / MEMÓRIAS

n.º 6

2010

MOSTEIRO DE SANTO ANDRÉ DE RENDUFE (Rendufe, Amares)

Análise de Paramentos e Evolução Arquitectónica do Edificado

ESTUDO PRÉVIO

Luís Fontes

Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho
2001

Os responsáveis da intervenção arqueológica e subscritores do pedido de autorização de trabalhos arqueológicos reservam-se todos os direitos autorais, nos termos da legislação aplicável, designadamente os consagrados nos Decreto-Lei nº 332/97 e 334/97, de 27 de Novembro (que regulamenta os direitos de autor e direitos conexos) e a lei 50/2004, de 24 de Agosto (que transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva nº 2001/29/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Maio, relativa a direitos de autor e conexos).

A consulta e utilização dos dados relativos à intervenção arqueológica por parte de outros investigadores ficam condicionadas, durante cinco anos, à autorização expressa da totalidade dos responsáveis da intervenção arqueológica (os subscritores do pedido de autorização de trabalhos arqueológicos). Após esse período ficarão acessíveis ao público, reservando-se sempre, nos termos legais, os respectivos direitos morais.

Índice

0. Nota prévia

1. Problemática e objectivos

2. Metodologia

3. Análise de paramentos

4. Fases construtivas e interpretação da evolução arquitectónica

5. Conclusões

Anexo I. Sinopse construtiva

Anexo II. Alçados e Plantas

Anexo III. Diagramas

Anexo IV. Fotografias

0. Nota Prévia

O presente “estudo prévio” em arqueologia da arquitectura, incluiu o levantamento e recolha de fontes arquivísticas relativas ao mosteiro de Santo André de Rendufe, que foi executado no ano 2000 por Célia Ramos Ferreira Silva, que transcreveu todas as referências a obras, extraídas de documentos depositados no Arquivo Distrital de Braga (*ADB*), Arquivo Nacional da Torre do Tombo (*ANTT*), Biblioteca Pública Municipal do Porto (*BPMP*) e Arquivo da Igreja de Santiago de Caldelas (*AISC*).

1. Problemática e objectivos

O mosteiro de Santo André de Rendufe é um bem patrimonial classificado como Imóvel de Interesse Público. Trata-se, portanto, de uma construção histórica, o que significa que contém em si, em cada uma das suas partes constituintes, um pouco da história da sua edificação.

Da perspectiva acima enunciada decorre que o mosteiro de Santo André de Rendufe, enquanto acumulação estratigráfica de elementos construtivos, se configura como um contexto arqueológico. Sujeita-se, por isso, aos princípios e processos de análise arqueológica.

A análise arqueológica de um edifício, ou a arqueologia da arquitectura, é um método através do qual se diferenciam, ordenam e datam as diversas fases porque passaram os edifícios até atingirem o seu estado actual. Tem em consideração todos os elementos que os compõe e as relações espaciais e temporais que estabelecem, as quais são expressão das acções construtivas, destrutivas e reconstrutivas que conduziram ao edifício final.

Em qualquer monumento, a análise estratigráfica da construção ou leitura de paramentos, tem uma finalidade estritamente histórica, isto é, destina-se a fazer a história da arquitectura desse monumento, contribuindo desse modo para enformar as soluções arquitectónicas de restauro.

Assim, o objectivo principal do presente trabalho é elaborar uma primeira interpretação de como se processou a construção do mosteiro de Santo André de Rendufe. Para além de ser importante para o conhecimento dos modelos arquitectónicos monásticos desenvolvidos em Rendufe, pretende-se que este estudo prévio sirva para informar os diversos intervenientes no processo de restauro e valorização do mosteiro, relativamente à história construtiva do monumento, e desse modo contribuir para a obtenção de soluções de intervenção adequadas.

2. Metodologia

Aplicou-se aqui a metodologia desenvolvida em Arqueologia da arquitectura, de procedimentos já bem estabelecidos:

a) Documentou-se graficamente o monumento: planimetria e fotografia. Utilizaram-se os levantamentos à escala 1:200, fornecidos pelo IPPAR e realizados pela empresa “Da Escala Topografia e Desenho, Lda.”. Efectuou-se um levantamento fotográfico em diapositivos.

b) Procedeu-se a uma observação directa dos paramentos, identificando e descrevendo, sobre os alçados, as diversas unidades construtivas, numeradas sequencialmente em cada corte. Por unidade construtiva entende-se o elemento construtivo ou parte de construção individualizável estratigraficamente das que a rodeiam.

c) Analisaram-se as relações entre unidades construtivas, com base na identificação dos interfaces, definindo-se estes como linhas de contacto / separação entre unidades e que permitem estabelecer, entre si, relações de anterioridade / contemporaneidade / igualdade / posterioridade. Estas expressam-se recorrendo à seguinte simbologia : < anterior; <> contemporâneo; > posterior (exemplo: 1 anterior a 3 escrever-se-á “1<3”; 1 contemporâneo de 3, “1<>3”; e 1 posterior a 3, “1>3”).

d) Definiram-se as estruturas, isto é, o conjunto de unidades construtivas e de interfaces pertencentes a um mesmo momento histórico e elaboraram-se os respectivos diagramas estratigráficos.

e) Estabeleceram-se as correspondências estratigráficas e elaborou-se o diagrama da série estratigráfica final formada pelas estruturas – o edifício.

3. Análise de paramentos

A descrição analítica dos paramentos faz-se por referência aos levantamentos 1:200 de cortes seleccionados, que abrangem a totalidade do edifício, mantendo-se para estes a designação atribuída pela empresa que efectuou os levantamentos topográficos (CORTES 2-2, 12-12, 13-13, 14-14 e 19-19 e PISO 0).

Consideraram-se os seguintes descritores: A – Identificação da unidade construtiva e/ou interface; B – Descrição sintética (as dimensões das paredes: largura, altura e espessura, devem ver-se pelos desenhos); C – Relações estratigráficas directas; D – Interpretação funcional e cronologia; E – Referências.

No fim da descrição de cada corte apresenta-se o diagrama da sequência estratigráfica identificada.

CORTE 2-2

Neste corte falta desenhar o embasamento chanfrado da portaria e do refeitório e assinalar a aba da cornija sobre as sacadas.

A – 1: capela do Santíssimo Sacramento.

B – Paredes em cantaria de cilhares graníticos, montados em fiadas horizontais regulares, com juntas largas preenchidas com cascalho e argamassa. A intervalos regulares distribuem-se orifícios para encaixe de andaimes de construção. A cantaria dos cunhais e das molduras dos vãos apresentam um afeiçoamento mais cuidado das superfícies e juntas menos largas, sobressaindo em relação aos panos de parede, de superfícies menos lisas, que originalmente seriam rebocadas. O aparelho horizontal dá lugar, sobre as padieiras dos vãos, a pequenos arcos de descarga, alguns deles preenchidos com tijolos. As paredes são rematadas

superiormente por um cornija também de cantaria granítica, sobre a qual apoia a cobertura telhada. A totalidade da construção apresenta um aparelho homogéneo, podendo afirmar-se que a elevação das paredes corresponde a uma única etapa de obra.

C – 1 > 2

D – Trata-se das paredes da capela do Santíssimo Sacramento, edificada no topo setentrional do transepto da igreja, de acordo com uma tendência que se manifestou na segunda metade de Setecentos de retirar a Eucaristia da capela-mor para uma capela colateral. A sua construção iniciou-se no triénio de 1778-80 e concluiu-se no triénio de 1784-86.

E – ADB-Congregação de S. Bento, 117.Rendufe (*Estado do Triénio de 1778-1780, fl.23-23v; Estado do Triénio de 1781-1783, fl.16v; Estado do Triénio de 1784-1786, fl.20v*).

SMITH (1969), Robert C. - Santo André de Rendufe. Subsídios para a História da sua Igreja durante o Século XVIII, *Bracara Augusta*, vol.XXIII, n.º 56(68), Câmara Municipal de Braga, Braga, pp. 18.

A – **2: igreja.**

B – Paredes de alvenaria, constituída por blocos graníticos, cascalho e argamassa. Os blocos têm uma dimensão média de 0,60 x 0,30 m., sendo uns simplesmente partidos e outros afeiçãoados, estes reaproveitados de edifício anterior, como evidenciam as siglas que alguns ostentam. Apresentam-se montados em fiadas horizontais irregulares, com juntas largas preenchidas com cascalho e argamassa. Nas fiadas inferiores predominam silhares reaproveitados, designadamente no terço inferior das torres. A intervalos distribuem-se orifícios para encaixe de andaimes de construção. A cantaria dos cunhais e das molduras dos vãos apresentam um afeiçoamento mais cuidado das superfícies e juntas menos largas, sobressaindo em relação aos panos de parede, de superfícies menos lisas, que originalmente seriam rebocadas, como acontece na fachada Oeste (mas o existente já é recente - obra da DGEMN ?). O aparelho horizontal dá lugar, sobre as padieiras dos grandes vãos dos janelões, a pequenos arcos de descarga. As paredes

são rematadas superiormente por um cornija também de cantaria granítica, sobre a qual apoia a cobertura telhada (que já conheceu reconstruções - ver CORTE 12-12, unidades 10 e 12). A maior parte da construção apresenta um aparelho homogéneo, podendo afirmar-se que a elevação das paredes corresponde a uma única etapa de obra (exceptua-se a parede sul da nave, que incorporou a parede medieval, de aparelho pseudo-isódono de silharia granítica, montado em fiadas horizontais regulares – ver CORTE 14-14).

C – $2 < 1$; $2 < 3$; $2 < 4$; $2 < 5$; $2 > 6$

D – Trata-se das paredes da igreja do mosteiro de Santo André de Rendufe. A sua construção iniciou-se no triénio de 1717-19 e concluiu-se no triénio de 1723-25 com a decoração e recheio do interior. As imagens de pedra nos nichos da fachada são de 1784-86. Foi objecto de inúmeras remodelações posteriores (ver *Anexo.1 - Sinopse Construtiva*).

E – ADB-Congregação de S. Bento, 116.Rendufe (*Estado do Triénio de 1717-1719, fl.17; Estado do Triénio de 1720-1722, fl.12; Estado do Triénio de 1723-1725, fl.12-12v*) e 117.Rendufe (*Estado do Triénio de 1784-1786, fl.21v*)

SMITH (1969), Robert C. - Santo André de Rendufe. Subsídios para a História da sua Igreja durante o Século XVIII, *Bracara Augusta*, vol.XXIII, n.º 56(68), Câmara Municipal de Braga, Braga, pp. 14-17.

A – 3: muro do alpendre do pátio.

B – Muro de alvenaria de blocos graníticos irregulares, com juntas largas preenchidas com cascalho e argamassa e rematadas com cimento. O terço superior do muro é feito com blocos de maiores dimensões, configurando um aparelho rusticado. Cerca de 0,50 m. abaixo do coroamento, incorpora 5 mísulas para apoio de vigamento, dispostas a intervalos regulares num alinhamento horizontal (ver CORTE 12-12). No tramo nascente deste muro, correspondente ao fecho do fosso de drenagem da igreja, percebe-se a existência de um vão fechado, com o mesmo tipo de alvenaria.

C – $3 > 2$; $3 = 4$.

D – Muro que limita, no lado norte, o pátio fronteiro da igreja e no qual apoiava o vigamento da cobertura do alpendre. Foi edificado em simultâneo com a construção do pátio, datando do triénio 1756-58. O vão de porta no lado nascente teria sido aberto pelo pároco na década de 20 ou 30, estando já fechado em 1940, por iniciativa dos proprietários particulares do mosteiro.

E – ADB-Congregação de S. Bento, 117.Rendufe (*Estado do Triénio de 1756-1758, fl.14v*).

A – **4: pátio fronteiro à igreja.**

B – Pátio em patamar a toda a largura da igreja, pavimentado com lajes graníticas de formato rectangular, bem esquadriadas e dispostas em alinhamentos regulares orientados N/S. No lado poente é delimitado por uma balaustrada granítica, interrompida ao centro para receber uma escada que se desenvolve por 4 degraus em patamar, descendo ao terreiro. O pavimento incorpora, no lado setentrional, 9 sepulturas rectangulares definidas por guias de granito, e o embasamento de 4 colunas, alinhadas E/O.

C – $4 = 3$; $4 > 2$; $4 > 6$.

D – Trata-se do pátio fronteiro da igreja, que servia igualmente a portaria principal e, no topo norte, o alpendre levantado junto das 9 sepulturas que serviam os enterramentos paroquiais. Foi edificado no triénio 1756-58.

E – ADB-Congregação de S. Bento, 117.Rendufe (*Estado do Triénio de 1756-1758, fl.14v*).

A – **5: elevação cobertura portaria.**

B – Muro de alvenaria de blocos de granito irregulares, com juntas largas preenchidas com cascalho e argamassa. Superfícies rebocadas, de que conserva vestígios. Tem cerca de 0,80 m. de altura e recebe na parte superior a cornija granítica da cobertura telhada.

C – $5 < 2$; $5 = 7$; $5 > 6$.

D – Murete através do qual se elevou a cobertura da zona da portaria, na sequência da reconstrução dos telhados que acompanharam a edificação da nova igreja e claustro. Documenta-se tal reconstrução no triénio de 1717-19.

E – ADB-Congregação de S. Bento, 116.Rendufe (*Estado do Triénio de 1717-1719, fl.17v*).

A – 6: portaria.

B – Paredes em cantaria de silhares graníticos, com dimensões médias de 0,50 x 0,30, montados em fiadas horizontais regulares, alternando frequentes vezes de testa e de peito, com juntas ortogonais preenchidas com argamassa e cascalho miúdo. A maior parte dos silhares ostenta um sigla pouco profunda gravada na face, denunciando o reaproveitamento de materiais de edifícios anteriores. A cantaria dos cunhais e das molduras dos vãos apresentam um afeiçoamento mais cuidado das superfícies e juntas secas, sobressaindo em relação aos panos de parede, nos quais se vêem restos de reboco. A cerca de 1,20 m. do solo faz um ressalto chanfrado, que desenha um embasamento ao longo de toda a construção, que apresenta um aparelho homogéneo, podendo afirmar-se que a elevação das paredes correspondentes a esta unidade define uma única etapa de obra.

C – $6 > 8$; $6 < 5$; $6 < 7$.

D – Trata-se das paredes da portaria, divisão de planta quadrangular por onde se fazia o acesso principal ao mosteiro. Foi edificada ainda ao gosto renascentista, como evidencia o frontão triangular que encima a portada, em cuja padieira se gravou a data de 1688. A sua construção iniciou-se depois de 1685, ano em que já estava construído o refeitório contíguo por sul.

E – SMITH (1969), Robert C. - Santo André de Rendufe. Subsídios para a História da sua Igreja durante o Século XVIII, *Bracara Augusta*, vol.XXIII, n.º 56(68), Câmara Municipal de Braga, Braga, pp. 11-12.

A – 7: janelão e nichos da escadaria.

B – Janelão rectangular com grade de ferro e vidraças, moldurado por guarnições de granito, que abrem em alambor para o interior. O janelão é ladeado por dois nichos com a mesma altura mas mais estreitos, também moldurados por guarnições de granito e cerrados por uma parede de tijolo, a facear pela superfície exterior, que foi rebocada.

C – $7 > 6$; $7 = 5$; $7 > 8$.

D – Beneficiação da escadaria “de São Bento” com construção de um janelão e nichos laterais, nos quais se colocaram as imagens de São Bento e de Santa Escolástica . Obras realizadas em 1729 (a galeria poente, construída em 1730, sobrepôs-se às molduras do nicho setentrional).

E – ADB-Congregação de S. Bento, 116.Rendufe (*Estado do Triénio de 1729-1731*, fl.17v).

A – **8: refeitório e hospedaria.**

B – Paredes em cantaria de cilhares graníticos, com dimensões médias de 0,70 x 0,40, montados em fiadas horizontais regulares, alternando frequentes vezes de testa e de peito, com juntas ortogonais preenchidas com argamassa e cascalho miúdo. Tem muitos cilhares com sigla pouco profunda gravada na face, denunciando o reaproveitamento de materiais de edifícios anteriores. A cantaria dos cunhais e das molduras dos vãos apresentam um afeiçoamento mais cuidado das superfícies e juntas secas, sobressaindo em relação aos panos de parede, nos quais se vêem restos de reboco. Quase rente ao solo actual faz um ressalto chanfrado, que acompanha toda a parede. Uma cornija de granito coroa a parede, desenhando abas salientes sobre as duas sacadas. A construção apresenta um aparelho homogéneo, podendo afirmar-se que a elevação das paredes correspondentes a esta unidade define uma única etapa de obra, embora a incorporação dos vãos correspondentes às janelas do refeitório denunciem menor cuidado.

C – $8 > 9$; $8 < 5$; $8 < 6$; $8 < 7$.

D – Trata-se das paredes do bloco formado pelo refeitório e hospedaria, que estariam edificados, de acordo com a data gravada na porta do refeitório que abria para o claustro, em 1685. O refeitório conserva uma impressionante abóbada de lunetas, em tijolo, sendo os arcos da abóbada central em asa de cesto e os das abóbadas laterais que a cruzam de volta perfeita. A abóbada não conserva reboco,

que era pintado de branco, o qual foi picado recentemente por iniciativa da Comissão Fabriqueira, por estar a descascar.

E – s/ ref.

A – 9: topo sul/poente da ala do refeitório.

B – Paredes em cantaria de silhares graníticos, com dimensões médias de 0,60 x 0,35, montados em fiadas horizontais regulares, alternando frequentes vezes de testa e de peito, com juntas largas, por vezes irregulares, preenchidas com argamassa e cascalho miúdo. Alguns silhares ostentam um sigla pouco profunda gravada na face, denunciando o reaproveitamento de materiais de edifícios anteriores. A cantaria dos cunhais e das molduras dos vãos apresentam um afeiçoamento mais cuidado das superfícies, sobressaindo ligeiramente em relação aos panos de parede, nos quais se vêem restos de reboco. Uma cornija de granito coroa a parede, que se eleva a 16 m. de altura rematando numa empena triangular ornada com dois pináculos piramidais. No piso térreo incorpora rasgos para encaixe de vigas e algumas zonas dos paramentos ostentam patines de contacto com calor e fumo. No primeiro piso incorpora rasgos para encaixe de madeirames e uma mísula para apoio de viga. Nos dois últimos pisos incorpora vãos de janelas circulares (óculos). A construção apresenta um aparelho homogéneo, podendo afirmar-se que a elevação das paredes correspondentes a esta unidade define uma única etapa de obra.

C – $9 < 8$; $9 < 10$; $9 < 11$.

D – Estas paredes fazem a ligação entre a ala sul do claustro, edificada no triénio de 1660-62, e a ala do refeitório, concluída no triénio 1685-88. Assim, terão sido construídas entre 1663 e 1684, embora em diferentes etapas, como se evidencia no CORTE 19-19 (unidades 4 e 5). Poderão corresponder à cozinha edificada em 1769-71 - nesse sentido apontam o local, concordante com a distribuição funcional dos espaços na generalidade dos mosteiros beneditinos, e os vestígios de contacto continuado com calor e fumo nos paramentos no piso térreo. No piso superior viria

a estar instalada a botica. Os rasgos e mísula referidos para o primeiro andar são posteriores e relacionam-se com a varanda – unidade 10.

E – ADB-Congregação de S. Bento, 116.Rendufe (*Estado do Triénio de 1669-1671, fl.9*).

LEAL (1878), Augusto S. A. B. de Pinho - *Portugal Antigo e Moderno*, vol. 8, Livraria Editora de Matos Moreira & Companhia, Lisboa, pp. 127-140.

A – **10: varanda poente.**

B – Paredes em alvenaria de blocos graníticos dispostos irregularmente, com juntas largas preenchidas com argamassa e cascalho miúdo. As faces conservam restos de reboco. Estas paredes incorporam blocos de grandes dimensões nos topos NO e SO, configurando pilares que sustentam uma abóbada de berço em dois tramos, de tijolo, a qual sustenta um pavimento em tijolo. A parede é rematada superiormente por uma bacia de granito, sobre a qual apoia uma balaustrada formada por plintos e grade e, no lado nascente, mísulas para apoio de bancos. A face ocidental dos pilares é irregular e ostenta cortes na paredes, isto é, estas foram interrompidas. A construção apresenta um aparelho homogéneo, podendo afirmar-se que a elevação das paredes correspondentes a esta unidade define uma única etapa de obra.

C – $10 > 9$; $10 = 11$; $10 < 12$

D – Embasamento de varanda coberta virada a poente, construída contra o alçado ocidental do topo sul da ala do refeitório. A sua construção iniciou-se no triénio de 1781-83 e concluiu-se apenas em 1789. A pavimentação em tijolo foi colocada em 1796-98. Os cortes de paredes identificados na face ocidental dos pilares poderão corresponder à existência de um compartimento que, simplesmente foi projectado mas nunca edificado ou foi demolido com a construção da nova cozinha em 1784-86.

E – ADB-Congregação de S. Bento, 117.Rendufe (*Estado do Triénio de 1781-1783, fl.16v.; Estado do Triénio de 1784-1786, fl.21v; Estado do Triénio de 1787-1789, fl.20*); 118.Rendufe (*Estado do Triénio de 1796-1798, fl.11*).

A – **11: cobertura varanda poente.**

B – Vão de porta, mísulas para apoio de bancos, encaixes quadrados para vigotes, mísula e linha argamassada de rufo, tudo rasgado e/ou adossado na parede acima descrita como unidade 9.

C – $11 > 9$; $11 = 10$.

D – Este conjunto de elementos, incorporados na unidade 9, correspondem à porta de acesso e à cobertura telhada da varanda, construída no triénio de 1781-83.

E – ADB-Congregação de S. Bento, 117.Rendufe (*Estado do Triénio de 1781-1783, fl.16v.*).

A – **12: cozinha.**

B – Paredes em alvenaria de blocos graníticos irregulares, com predominância de elementos de pequena/média dimensão e alguns outros elementos afeiçoados reaproveitados. Dispõe-se irregularmente, com juntas largas preenchidas com argamassa e cascalho miúdo. As superfícies conservam restos de reboco. Incorpora vãos de portas e de janelas e vãos cegos de armários. A construção apresenta um aparelho homogéneo, podendo afirmar-se que a elevação das paredes correspondentes a esta unidade define uma única etapa de obra.

C – $12 > 9$; $12 > 10$.

D – Cozinha construída no triénio de 1784-86, adossando por Oeste aos pilares da varanda, cuja parte inferior foi fechada para receber o telhado da cozinha, como se percebe pelos vestígios do rufo da cobertura. A esta reconstrução da cozinha deverá associar-se a abertura dos vãos das portas na fachada ocidental do topo sul da ala do refeitório (unidade 9, acima descrita). Deve notar-se que a cozinha original incorporava a casa do forno, contígua pelo lado sul, separada na sequência do processo de extinção do mosteiro e sua venda posterior a particulares.

E – ADB-Congregação de S. Bento, 117.Rendufe (*Estado do Triénio de 1784-1786, fl.21v.*).

CORTE 12-12

Neste corte falta desenhar as mísulas de suporte do vigamento da cobertura telhada do alpendre no topo norte do pátio.

A – 1: casa da audiência e cadeia.

B – Paredes em alvenaria de blocos graníticos irregulares, com predominância de elementos de pequena/média dimensão e alguns outros elementos maiores. Dispõe-se irregularmente, com juntas largas preenchidas com argamassa e cascalho miúdo. A cantaria dos cunhais e das molduras dos vãos apresentam um afeiçoamento mais cuidado das superfícies, sobressaindo ligeiramente em relação aos panos de parede, que estão rebocados e pintados. Integra ainda uma escada com degraus inteiros de granito, suportados por um embasamento com as mesmas características construtivas das paredes. As paredes são coroadas por uma cornija de granito, sobre a qual assenta uma cobertura telhada. A construção apresenta um aparelho homogéneo, podendo afirmar-se que esta unidade corresponde a uma única etapa de obra.

C – $1 > 2$; $1 < 3$.

D – Trata-se da casa da audiência, onde se administrava a justiça do couto do mosteiro de Rendufe. Com reformas documentadas desde 1654, foi reconstruída no triénio de 1762-64. A cadeia funcionava no piso térreo desde 1753-55. Após a extinção do mosteiro, em 1833-34, funcionou aqui a “aula régia de instrução primária”.

E – ADB-Congregação de S. Bento, 116.Rendufe (*Estado do Triénio de 1654-1656, fl.9*); 117.Rendufe (*Estado do Triénio de 1753-1755, fl.22v*; *Estado do Triénio de 1762-1765, fl.21*).

LEAL (1878), Augusto S. A. B. de Pinho - *Portugal Antigo e Moderno*, vol. 8, Livraria Editora de Matos Moreira & Companhia, Lisboa, pp. 132.

A – 2: muro norte do terreiro.

B – Parede em alvenaria de blocos graníticos irregulares, com predominância de elementos de pequena/média dimensão. Dispõe-se irregularmente, com juntas largas preenchidas com argamassa e cascalho miúdo e rematadas com cimento. A construção apresenta um aparelho homogéneo, podendo afirmar-se que esta unidade corresponde a uma única etapa de obra.

C – $2 < 1$; $2 < 3$.

D – Muro que delimita o terreiro do lado norte, parte integrante da cerca do mosteiro. Corresponde à vedação do “campo do olival de fora”, construída no triénio de 1666-68.

E – ADB-Congregação de S. Bento, 116.Rendufe (*Estado do Triénio de 1666-1668, fl.7*).

A – 3: portão norte do terreiro.

B – Porta de madeira de 4 folhas, enquadrada por ombreiras de alvenaria irregular de blocos graníticos e padieira também de granito (peça inteira).

C – $3 > 2$; $3 > 1$.

D – Portão de acesso à quinta (antiga cerca), no muro norte do terreiro, junto à antiga casa da audiência. Foi construído cerca de 1990.

E – Informação oral de Arq.to Humberto Vieira.

A – 4: fonte do terreiro.

B – Nicho em arco trilobado com pedra de armas sobre taça arredondada. O conjunto é moldurado por uma espécie de pórtico rectangular, de silharia granítica bem esquadriada, encimado por um frontão com cartela. A água brota por um orifício aberto no sol representado na pedra de armas, enche a taça do nicho, transborda para uma taça inferior de maiores dimensões e daí para o chão do terreiro.

C – $4 > 2$.

D – Fonte mural armoriada (armas da Congregação de São Bento do Reino de Portugal), colocada ao meio do muro norte do terreiro. Foi construída em 1742, conforma data gravada na cartela do frontão.

E – ADB-Congregação de S. Bento, 116.Rendufe (*Estado do Triénio de 1741-1743, fl.15*).

A – 5: porta do olival.

B – Cunhais em alvenaria irregular de blocos graníticos de grandes dimensões, com juntas largas preenchidas com argamassa e cascalho e rematadas com cimento. Na face interna do cunhal nascente conserva-se reboco original.

C – $5 > 2$; $5 < 6$; $5 < 7$.

D – Cunhais meridionais de coberto com porta interior (de que se conservam vestígios no lado setentrional – ver Fig. 1.piso0), aberto na parede norte do terreiro para acesso à cerca (antigo olival de fora). Foi construído no triénio 1729-31.

E – ADB-Congregação de S. Bento, 116.Rendufe (*Estado do Triénio de 1729-1731, fl.17-17v*).

A – 6: muro de encerramento da porta do olival.

B – Parede em alvenaria de blocos graníticos irregulares, com predominância de elementos de pequena/média dimensão. Dispõe-se irregularmente, com juntas largas preenchidas com argamassa e cascalho miúdo e rematadas com cimento. Incorpora o vão de uma porta, encostada ao cunhal poente da unidade 5. A construção apresenta um aparelho homogéneo, podendo afirmar-se que esta unidade corresponde a uma única etapa de obra.

C – $6 > 5$.

D – Parede de encerramento do coberto da porta do olival. Terá sido construída pelos proprietários particulares que adquiriram a cerca do mosteiro depois da extinção das ordens monásticas (último terço do século XIX ?).

E – s/ ref.

A – 7: muro do alpendre do pátio.

B – Muro de alvenaria de blocos graníticos irregulares, com juntas largas preenchidas com cascalho e argamassa e rematadas com cimento. O terço superior do muro é feito com blocos de maiores dimensões, configurando um aparelho rusticado. Cerca de 0,50 m. abaixo do coroamento, incorpora 5 mísulas para apoio de vigamento, dispostas a intervalos regulares num alinhamento horizontal. No

tramo nascente deste muro, correspondente ao fecho do fosso de drenagem da igreja, percebe-se a existência de um vão fechado, com o mesmo tipo de alvenaria.

C – $7 > 5; 7 > 8$.

D – Muro que limita, no lado norte, o pátio fronteiro da igreja e no qual apoiava o vigamento da cobertura do alpendre. Foi edificado em simultâneo com a construção do pátio, datando do triénio 1756-58.

E – ADB-Congregação de S. Bento, 117.Rendufe (*Estado do Triénio de 1756-1758, fl.14v*).

A – **8: igreja.**

B – Descrição geral no CORTE 2-2, unidade 2. No interior as paredes são rematadas superiormente por um entablamento/cornija também de cantaria granítica, sobre o qual apoia a abóbada (reconstruída – ver unidade 12). Ainda no interior, as superfícies das paredes são rebocadas e incorporam decorações arquitectónicas associadas aos vãos de portas, de janelas e das capelas laterais. Na capela-mor incorpora, no paramento setentrional, um vão de porta fechado.

C – $8 < 7; 8 < 9; 8 < 10; 8 < 11; 8 < 12$.

D – A construção da igreja do mosteiro de Santo André de Rendufe iniciou-se no triénio de 1717-19 e concluiu-se no triénio de 1723-25 com a decoração e recheio do interior. Foi objecto de inúmeras remodelações posteriores (ver *Anexo.1 - Sinopse Construtiva*).

E – Ver CORTE 2-2, unidade 1.

A – **9: capela do Santíssimo Sacramento.**

B – Descrição geral no CORTE 2-2, unidade 1. No interior as paredes são pintadas.

C – $9 > 8$.

D – A capela do Santíssimo Sacramento foi edificada no triénio de 1778-80 e concluiu-se no triénio de 1784-86. Ver CORTE 2-2, unidade 1.

E – Ver CORTE 2-2, unidade 1.

A – 10: abóbada da capela-mor.

B – Abóbada de berço em tijolo, com enchimento de cascalho e argamassa no extradorso, cobertura telhada e reboco pintado no intradorso.

C – $10 > 9$; $10 \diamond 11$; $10 < 12$.

D – A abóbada da capela-mor foi reconstruída no triénio de 1756-58.

E – ADB-Congregação de S. Bento, 117.Rendufe (*Estado do Triénio de 1756-1758, fl.13v*).

A – 11: tribuna na cabeceira da capela-mor.

B – Paredes de alvenaria, constituída por blocos graníticos, cascalho e argamassa. Os blocos maiores têm uma dimensão média de 0,60 x 0,30 m., apresentando-se montados em fiadas horizontais irregulares, com juntas largas preenchidas com cascalho e argamassa. A intervalos regulares distribuem-se orifícios para encaixe de andaimes de construção. A cantaria dos cunhais e das molduras dos vãos apresentam um afeiçoamento mais cuidado das superfícies e juntas secas, sobressaindo em relação aos panos de parede, de superfícies menos lisas, que originalmente seriam rebocadas. Incorpora vãos de janelas e frestas. As paredes são rematadas superiormente por um cornija também de cantaria granítica, sobre a qual apoia a cobertura telhada.

C – $2 < 1$; $2 < 3$; $2 < 4$; $2 \diamond 5$; $2 > 6$

D – Trata-se das paredes da tribuna que adossa à cabeceira da capela-mor. Foi edificada conjuntamente com a reconstrução da abóbada da capela-mor em 1756-58.

E – ADB-Congregação de S. Bento, 117.Rendufe (*Estado do Triénio de 1756-1758, fl.13v*).

A – 12: abóbada da nave.

B – Abóbada de berço com armação de arcos em betão armado e esteira de tijolo armado com betão em lâmina de compressão. Cobertura telhada.

C – $12 > 8$; $12 > 10$.

D – A abóbada da nave da igreja foi reconstruída em 1960-65.

E – DGEMN (Norte) – Arquivo Geral Igreja Santo André de Rendufe, (*Autos de Vistoria e Medição de Trabalhos e fotografias*).

CORTE 13-13

A – **1: aqueduto sobre arcos.**

B – Caleiras pétreas de secção quadrada, suportadas por 53 arcos de volta perfeita, que por sua vez assentam em pilares de secção quadrada. Distinguem-se dois tipos de pilares: nos primeiros 2/3 do lado nascente, os pilares são formados por silhares bem esquadriados, faceados nos quatro lados, com juntas secas. A secção é ligeiramente mais larga que o saimel do arco, formado por aduelas altas e estreitas. O paramento é de alvenaria irregular de blocos graníticos, com juntas largas preenchidas com cascalho e argamassa e recobertas com cimento; no 1/3 do lado poente, os pilares são formados por blocos graníticos não esquadriados, que incorporam uma parede que se desenvolve sob os arcos, cujos saiméis assentam numa espécie de imposta desenhada para encaixar o muro, faceando cuidadosamente pelo lado sul. Deste lado, o pilar do arco é bem marcado, formando uma espécie de pilastra que desce alargando na base; a parede inferior do aqueduto é de alvenaria de blocos graníticos de vários tamanhos, dispostos irregularmente e com juntas largas preenchidas com cascalho e argamassa e rematadas com cimento.

C – 1 > 2.

D – Aqueduto que aduz água ao claustro do mosteiro, com pia de repartição ao nível da livraria. Foi construído no triénio de 1811-13. A parede inferior do aqueduto foi desmontada na zona do jardim traseiro da sacristia, quando este foi transformado pelo actual proprietário num pomar de diospireiros.

E – ADB-Congregação de S. Bento, 118.Rendufe (*Estado do Triénio de 1811-1813, fl.10v*).

A – **2: tribuna na cabeceira da capela-mor.**

B – Ver CORTE 12-12, unidade 11.

C – $2 < 1$; $2 < > 3$; $2 > 5$.

D – Ver CORTE 12-12, unidade 11.

E – Ver CORTE 12-12, unidade 11.

A – **3: abóbada da capela-mor.**

B – Ver CORTE 12-12, unidade 10.

C – $3 < > 2$; $3 > 5$.

D – Ver CORTE 12-12, unidade 10.

E – Ver CORTE 12-12, unidade 10.

A – **4: abóbada da nave.**

B – Ver CORTE 12-12, unidade 12.

C – $4 > 5$.

D – Ver CORTE 12-12, unidade 12.

E – Ver CORTE 12-12, unidade 12.

A – **5: igreja.**

B – Descrição geral no CORTE 2-2, unidade 2 e CORTE 12-12, unidade 8.

C – $5 < 2$; $5 < 3$; $5 < 4$; $5 > 6$; $5 < > 8$; $5 > 7$.

D – Ver CORTE 2-2, unidade 1, e CORTE 12-12, unidade 8.

E – Ver CORTE 2-2, unidade 1, e CORTE 12-12, unidade 8.

A – **6: igreja (topo sul do transepto).**

B – Parede de silhares graníticos com 0,70 x 0,35 x 0,30 m. de dimensões médias, bem esquadriados e montados em fiadas horizontais regulares, desenhando um aparelho pseudo-isódono. As faces foram alisadas a cinzel e em muitas delas foi gravada uma sigla de canteiro. As juntas, ortogonais, são justas, dispensando argamassa. Interiormente apresenta-se rebocada e pintada.

C – $6 < 5$.

D – Troço da parede sul da igreja medieval, reaproveitada na reconstrução setecentista. A edificação medieval, de feição românica, datará do século XII.

E – s/ ref.

A – 7: portaria.

B – Paredes em cantaria de silhares graníticos, com dimensões médias de 0,50 x 0,30, montados em fiadas horizontais regulares, alternando frequentes vezes de testa e de peito, com juntas ortogonais preenchidas com argamassa e cascalho miúdo. Muitos silhares ostentam um sigla pouco profunda gravada na face, denunciando o reaproveitamento de materiais de edifícios anteriores. A cantaria dos cunhais e das molduras dos vãos apresentam um afeiçoamento mais cuidado das superfícies e juntas estreitas, sobressaindo em relação aos panos de parede, nos quais se vêem restos de reboco. Cerca de 0,20 m. acima do pavimento do pátio faz um ressalto chanfrado, interrompido na zona da porta. A parede incorpora aqui vãos de janelas com sacadas, frestas e uma porta encimada por um fronçotriangular.

C – $7 < 5$; $7 < 8$; $7 < 9$; $7 < 10$.

D – Trata-se das paredes da portaria, concluída em 1688. Ver CORTE 2-2, unidade 6.

E – Ver CORTE 2-2, unidade 6.

A – 8: elevação cobertura portaria.

B – Cornija arquivada formada por elementos graníticos, bem esquadriados e com juntas ortogonais estreitas preenchidas com argamassa. No alinhamento das pilastras que enquadram o volume da portaria a cornija é coroada por pináculos piramidais.

C – $8 < 5$; $8 > 7$; $8 < 10$.

D – Ver CORTE 2-2, unidade 5.

E – Ver CORTE 2-2, unidade 5.

A – 9: pátio fronteiro à igreja.

B – Descrição geral no CORTE 2-2, unidade 4.

C – $9 > 5$; $9 > 7$; $9 < 10$.

D – Ver CORTE 2-2, unidade 4.

E – Ver CORTE 2-2, unidade 4.

A – 10: galeria poente.

B – Paredes de alvenaria irregular, constituída por blocos graníticos de tamanhos variáveis, cascalho e argamassa. Os blocos maiores têm uma dimensão média de 0,60 x 0,30 m., apresentando-se montados em fiadas horizontais irregulares, com juntas largas preenchidas com cascalho e argamassa. A cantaria dos cunhais, dos frisos horizontais marcadores dos pisos e das molduras dos vãos apresentam um afeiçoamento mais cuidado das superfícies e juntas secas, sobressaindo em relação aos panos de parede, de superfícies menos lisas, rebocadas. Incorpora vãos de janelas e frestas. As paredes são rematadas superiormente por um cornija arquivada também de cantaria granítica, sobre a qual apoia a cobertura telhada, no topo poente rematada com pináculos piramidais.

C – $10 > 7$; $10 > 8$; $10 > 9$.

D – Trata-se do dormitório novo ou galeria poente, cuja construção decorreu entre 1930 e 1734.

E – ADB-Congregação de S. Bento, 116.Rendufe (*Estado do Triénio de 1729-1731, fl.16v-17-17v; Estado do Triénio de 1732-1734, fl.17v-18*) e ADB-Notas de Tabelião Geral, P-69 (*fl. 74-74v*).

A – 11: escada fachada norte da galeria poente.

B – Escada com degraus inteiros de granito e grade de ferro, suportados por um embasamento em alvenaria de blocos graníticos irregulares, com predominância de elementos de grandes dimensões. Dispõe-se irregularmente, com juntas largas preenchidas com argamassa e cascalho miúdo. Os cunhais, de cantaria reaproveitada, apresentam um afeiçoamento mais cuidado das superfícies,

sobressaindo ligeiramente em relação aos panos de parede, que estão rebocados e pintados. Incorpora vãos de iluminação.

C – 11 > 10.

D – Trata-se das escadas que fazem o acesso directo do terreiro ao piso superior do dormitório novo ou galeria poente. Foi construída pelos proprietários privados no lustro final do século XIX, quando a galeria passou a funcionar como residência particular.

E – DGEMN (Norte) – Arquivo Geral Igreja Santo André de Rendufe (*cópia emitida pela Repartição do Património da Direcção Geral da Fazenda Pública, em 26-5-1942, de relatório não datado nem assinado, mas atribuível a António Malheiro da Silva, presidente da Comissão de Avaliação que se deslocou a Rendufe em Abril de 1940*).

CORTE 14-14

O desenho do alçado sul da galeria poente está imperfeito, necessitando de correcções ao nível dos vãos, designadamente quanto ao seu número, dimensões e posição relativa. Também não foram desenhadas as mísulas do vigamento da cobertura da tribuna da escada do coro, na fachada meridional da igreja.

A – **1: estrebaria e hospedaria de moços (poente)**

B – Paredes de alvenaria irregular, constituída por blocos graníticos de tamanhos variáveis, cascalho e argamassa. Os blocos maiores têm uma dimensão média de 0,60 x 0,30 m., apresentando-se montados em fiadas horizontais irregulares, com juntas largas preenchidas com cascalho e argamassa. A cantaria dos cunhais e das molduras dos vãos apresentam um afeiçoamento mais cuidado das superfícies e juntas secas, sobressaindo em relação aos panos de parede, de superfícies menos lisas, que conservam vestígios de reboco. Incorpora vãos de janelas e de portas. A parte superior está arruinada, não conservando coroamento e/ou cobertura.

C – 1 > 2.

D – Trata-se do bloco com estrebaria e hospedaria para “moços de hóspedes”, construído no triénio de 1756-58.

E – ADB-Congregação de S. Bento, 117.Rendufe (*Estado do Triénio de 1756-1758, fl.14*).

A – 2: galeria poente.

B – Ver descrição geral no CORTE 13-13, unidade 10. Na fachada sul a parede não tem friso horizontal a marcar os pisos nem cornija arquitravada, possuindo uma simples cornija de coroamento, formada por peças graníticas molduradas em peanha. No topo ocidental incorpora os arranques do compartimento das “secretas”, cujos vãos se conservam na espessura da parede da galeria, bem como a marca do encosto do telhado.

C – $2 < 1$; $2 < 3$; $2 < 4$; $2 < 5$; $2 > 6$; $2 > 7$; $2 > 8$.

D – Ver CORTE 13-13, unidade 10.

E – Ver CORTE 13-13, unidade 10.

A – 3: quarto pequeno de estribeiros e moços “de fora”.

B – Paredes de alvenaria irregular de blocos graníticos de dimensões variáveis, argamassa e cascalho. Os cunhais e as molduras dos vãos de janelas e de portas são de cantaria, apresentando um afeiçoamento mais cuidado das superfícies e juntas secas, sobressaindo em relação aos panos de parede, de superfícies menos lisas, que se apresentam rebocadas. A cobertura desapareceu, conservando-se vestígios do encosto na fachada da galeria poente.

C – $3 > 2$.

D – Trata-se de um compartimento que deverá corresponder a um dos quartos para estribeiros e moços construídos no triénio de 1771-73.

E – ADB-Congregação de S. Bento, 117.Rendufe (*Estado do Triénio de 1771-1773, fl.27*).

A – 4: quarto grande de estribeiros e moços “de fora”.

B – Paredes de alvenaria irregular de blocos graníticos de dimensões variáveis, argamassa e cascalho. Os cunhais e as molduras dos vãos de janelas e de portas são de cantaria, que apresentam um afeiçoamento mais cuidado das superfícies, sobressaindo em relação aos panos de parede, de superfícies menos lisas, que se apresentam rebocadas.

C – $4 > 2$; $4 < 5$.

D – Trata-se de um compartimento que deverá corresponder a um dos quartos para estribeiros e moços construídos no triénio de 1771-73. A cobertura original desapareceu, tendo dado lugar a uma placa de betão armado colocada em 1969 (ver unidade 5).

E – ADB-Congregação de S. Bento, 117.Rendufe (*Estado do Triénio de 1771-1773*, fl.27).

A – 5: escada fachada sul da galeria poente.

B – Escada em betão armado, com um primeiro lanço de 15 degraus, um patamar intermédio formado por uma placa também de betão armado que faz a cobertura da unidade 4, um segundo lanço de dezasseis degraus e um pequeno patamar junto á porta, no piso superior.

C – $5 > 2$; $5 > 4$.

D – Trata-se da escada de acesso do terreiro interior ao piso superior da galeria poente, construída em 1969 pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, para serventia dos proprietários privados do mosteiro.

E – DGEMN (Norte) – Arquivo Geral Igreja Santo André de Rendufe, (*Autos de Vistoria e Medição de Trabalhos e fotografias*).

A – 6: portaria.

B – Ver CORTE 2-2, unidade 6 e Corte 13-13, unidade 7.

C – $6 < 2$; $6 < 7$; $6 < 8$; $6 < 9$.

D – Ver CORTE 2-2, unidade 6 e Corte 13-13, unidade 7.

E – Ver CORTE 2-2, unidade 6.

A – 7: elevação cobertura portaria.

B – Ver CORTE 2-2, unidade 5 e CORTE 13-13, unidade 8.

C – $7 > 6$; $7 < 9$; $7 < 2$.

D – Ver CORTE 2-2, unidade 5 e CORTE 13-13, unidade 8.

E – Ver CORTE 2-2, unidade 5.

A – 8: janelão e nichos da escadaria.

B – Ver CORTE 2-2, unidade 7.

C – Ver CORTE 2-2, unidade 7.

D – Ver CORTE 2-2, unidade 7.

E – Ver CORTE 2-2, unidade 7.

A – 9: igreja.

B – Descrição geral no CORTE 2-2, unidade 2 e CORTE 12-12, unidade 8. No alçado meridional evidenciam-se as mísulas de suporte do vigamento da cobertura original da tribuna que cobria as escadas de acesso ao coro, bem como as marcas do encosto do respectivo telhado na torre da igreja.

C – $9 < 11$; $9 < 13$; $9 < 14$; $9 < 15$; $9 < 16$; $9 < 17$; $9 < 18$; $9 < 20$; $9 < 7$; $9 < 10$; $9 < 19$; $5 > 12$.

D – Ver CORTE 2-2, unidade 1, e CORTE 12-12, unidade 8.

E – Ver CORTE 2-2, unidade 1, e CORTE 12-12, unidade 8.

A – 10: claustro.

B – Arcadas de ordem toscana, que se desenvolvem em torno de um quadrilátero, tendo em cada lado 9 arcos e 10 colunas, das quais 8 inteiras e 2 meias fazendo pilastra nos pilares dos cantos. No canto noroeste conserva-se o pilar do piso superior.

C – $10 < 9$; $10 < 11$.

D – Claustro do mosteiro, construído no triénio de 1717-19, em simultâneo com a igreja.

E – ADB-Congregação de S. Bento, 116.Rendufe (*Estado do Triénio de 1717-1719, fl.17v*).

SMITH (1969), Robert C. - Santo André de Rendufe. Subsídios para a História da sua Igreja durante o Século XVIII, *Bracara Augusta*, vol.XXIII, n.º 56(68), Câmara Municipal de Braga, Braga, pp. 40.

A – 11: pavimento e canteiros do claustro.

B – Pavimento de lajes graníticas bem esquadriadas, assentes em fiadas regulares. Incorpora sepulturas delimitadas por guias de granito e taburnos de lajes também graníticas. No pátio, sobre pavimento térreo, distribuem-se, agrupados em quatro quadrantes e em complexo desenho simétrico, canteiros de granito. Ao centro do pátio está um chafariz de granito, com tanque e taça polilobados.

C – 11 > 9; 11 > 10; 11 > 12; 11 > 19; 11 < 13.

D – O claustro foi pavimentado e ornado com canteiros e azulejos no triénio de 1726-28

E – ADB-Congregação de S. Bento, 116.Rendufe (*Estado do Triénio de 1726-1728, fl.10*).

A – 12: parede sul da igreja velha.

B – Parede de silhares graníticos com 0,70 x 0,35 x 0,30 m. de dimensões médias, bem esquadriados e montados alternadamente de testa e de peito, em fiadas horizontais regulares, desenhando um aparelho pseudo-isódono. As juntas, ortogonais, são justas, dispensando argamassa. As faces foram alisadas a cinzel e em muitas delas foi gravada uma sigla de canteiro. Na face de um silhar no paramento interior foi gravada uma cruz patada. O paramento exterior, virado ao claustro, desenvolve-se em três planos: o inferior, mais saliente, constitui uma espécie de embasamento, que incorporava a soleira de um vão de porta (0,50 m. acima do piso actual do claustro). Este plano foi posteriormente picado para receber a decoração azulejar do claustro; o plano intermédio incorpora uma primeira fiada horizontal de encaixes oblíquos talhados a espaços regulares e uma segunda fiada, também horizontal, de encaixes de secção quadrada, também talhados nos silhares e distribuídos de forma regular; o terceiro plano levanta-se sobre o intermédio, recuado cerca de 0,20 m., possuindo também uma fiada horizontal de encaixes de secção quadrangular talhados regularmente nos silhares. Este paramento incorpora ainda vãos de portas, de janelas e de frestas, bem como a secção de 3 contrafortes que se desenvolvem da base ao topo da parede.

C – 12 < 9; 12 < 11; 12 < 13; 12 < 14; 12 < 19.

D – Troço da parede sul da igreja medieval, reaproveitada na reconstrução setecentista. A edificação medieval, de feição românica, datará do século XII. Terá sido esta igreja que frei Leão de São Tomás viu em meados do século XVII, descrevendo-a como “toda de cantaria”, e que erroneamente atribuiu à iniciativa do abade comendatário Henrique de Sousa.

E – S. TOMÁS (1651), Frei Leão de - *Beneditina Lusitana*, Tomo II, (edição fac-símile com notas críticas de José Mattoso), Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1974, p. 329.

A – 13: capela Senhora do Pilar.

B – Vão rectangular com guarnições de granito bem afeixoadas: as ombreiras são rectilíneas a padieira abaulada.

C – $13 > 11$; $13 > 12$.

D – A capela de Nossa Senhora do Pilar foi construída no triénio de 1793-95, sob as escadas de acesso ao coro da igreja, para “comodidade dos monges idosos e enfermos”.

E – ADB-Congregação de S. Bento, 118.Rendufe (*Estado do Triénio de 1793-1795, fl.19v*).

A – 14: cobertura sacristia.

B – Cobertura telhada, sobre placa de betão aligeirada.

C – $14 > 9$; $14 > 19$.

D – A cobertura da sacristia foi refeita em 1969 por iniciativa da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, após demolir a parte superior, arruinada. Esta intervenção completou-se com a colocação de reboco de cimento em todo a zona da sacristia e no encosto da ante-sacristia na capela –mor, desenhando aqui o contorno da cobertura original da livraria.

E – DGEMN (Norte) – Arquivo Geral Igreja Santo André de Rendufe, (*Autos de Vistoria e Medição de Trabalhos e fotografias*).

A – 15: aqueduto sobre arcos.

B – Ver descrição geral no CORTE 13-13, unidade 1. No encosto à galeria nascente do claustro incorpora uma estreita escada, com degraus em granito, de acesso à pia de repartição, que ainda se conserva ao nível do primeiro andar.

C – $15 > 9$; $15 < 14$.

D – Ver CORTE 13-13, unidade 1.

E – Ver CORTE 13-13, unidade 1.

A – **16: tribuna na cabeceira da capela-mor.**

B – Ver CORTE 12-12, unidade 11 e CORTE 13-13, unidade 2.

C – $16 <> 17$; $16 > 9$.

D – Ver CORTE 12-12, unidade 11 e CORTE 13-13, unidade 2.

E – Ver CORTE 12-12, unidade 11.

A – **17: abóbada da capela-mor.**

B – Ver CORTE 12-12, unidade 10 e e CORTE 13-13, unidade 3.

C – $17 <> 16$; $17 > 9$.

D – Ver CORTE 12-12, unidade 10 e e CORTE 13-13, unidade 3.

E – Ver CORTE 12-12, unidade 10.

A – **18: abóbada da nave.**

B – Ver CORTE 12-12, unidade 12 e CORTE 13-13, unidade 4.

C – $18 > 9$.

D – Ver CORTE 12-12, unidade 12 e CORTE 13-13, unidade 4.

E – Ver CORTE 12-12, unidade 12.

A – **19: sacristia.**

B – Paredes em cantaria de silhares graníticos, com dimensões médias de 0,50 x 0,30, montados em fiadas horizontais regulares, alternando frequentes vezes de testa e de peito, com juntas largas, por vezes irregulares, preenchidas com

argamassa e cascalho miúdo. A cantaria das molduras dos vãos apresenta um afeiçoamento mais cuidado das superfícies, sobressaindo ligeiramente em relação aos panos de parede, que estão rebocadas com cimento.

C – $19 > 12$; $19 < 14$; $19 < 15$.

D – Trata-se das paredes da sacristia, que já estaria edificada em meados do século XVII. À falta de documentação mais precisa e face às considerações de frei Leão de São Tomás, segundo o qual aqui ficaria o dormitório velho, pode admitir-se que parte desta ala seja pouco posterior a meados do século XVI, isto é, da época do abade comendatário Henrique de Sousa. Mas a tipologia das janelas, semelhante a outras de fábrica seiscentista, aceita melhor uma cronologia da primeira metade do século XVII. A descrição teve por base as fotografias da DGEMN, pois as paredes estão recobertas por reboco de cimento. Admite-se que as paredes incorporem silharia reaproveitada, tal como se admite que a parede do topo sul não seja de cantaria mas sim de alvenaria.

E – DGEMN (Norte) – Arquivo Geral Igreja Santo André de Rendufe, (*Autos de Vistoria e Medição de Trabalhos e fotografias*).

S. TOMÁS (1651), Frei Leão de - *Benedictina Lusitana*, Tomo II, (edição fac-símile com notas críticas de José Mattoso), Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1974, p. 329.

A – **20: cobertura escadas coro.**

B – Cobertura telhada, sobre estrutura e forro de madeira (?).

C – $20 > 9$; $20 < 14$.

D – Cobertura telhada construída após a demolição das ruínas do claustro, na sequência do incêndio de 1877.

E – DGEMN (Norte) – Arquivo Geral Igreja Santo André de Rendufe (*cópia emitida pela Repartição do Património da Direcção Geral da Fazenda Pública, em 26-5-1942, de relatório não datado nem assinado, mas atribuível a António Malheiro da Silva, presidente da Comissão de Avaliação que se deslocou a Rendufe em Abril de 1940*).

CORTE 19-19

O desenho do alçado sul da estrebaria está imperfeito, necessitando de correcções ao nível dos vãos, designadamente quanto ao seu número, dimensões e posição relativa. Falta ainda desenhar a parede com vão sobre a porta da horta e o embasamento em chanfro do hospício.

A – 1: estrebaria e hospedaria de moços (poente).

B – Paredes em alvenaria de blocos graníticos irregulares, cascalho e argamassa, com predominância de elementos de pequena/média dimensão nos paramentos e de maiores dimensões no embasamento. As pedras dispõem-se irregularmente, com juntas largas preenchidas com argamassa e cascalho miúdo. Incorporam vãos de portas, de janelas e de frestas. Sustentam uma cobertura telhada, que apoia directamente no coroamento das paredes. Nos paramentos interiores ainda se conserva reboco. A construção apresenta um aparelho homogéneo, podendo afirmar-se que a elevação das paredes correspondentes a esta unidade define uma única etapa de obra.

C – $1 > 2$.

D – Bloco da estrebaria e hospedaria dos moços, construída entre 1784 e 1789. No interior ainda conserva as manjedouras compostas por um balcão com pias escavadas, tudo em granito.

E – ADB-Congregação de S. Bento, 117.Rendufe (*Estado do Triénio de 1784-1786, fl.21; Estado do Triénio de 1787-1789, fl.20*).

A – 2: cozinha.

B – Ver CORTE 2-2, unidade 12.

C – $2 > 3$; $2 < 1$; $2 < 7$.

D – Ver CORTE 2-2, unidade 12.

E – Ver CORTE 2-2, unidade 12.

A – 3: varanda poente.

B – Ver CORTE 2-2, unidade 10.

C – $3 > 4$; $3 < 2$; $3 < 7$.

D – Ver CORTE 2-2, unidade 10.

E – Ver CORTE 2-2, unidade 10.

A – 4: topo sul/poente da ala do refeitório.

B – Ver descrição geral no CORTE 2-2, unidade 9. Na fachada meridional identificam-se variações no aparelho construtivo, designadamente sob a janela do piso térreo, onde o aparelho regular de silharia, numa área aproximada de 6 m², dá lugar à disposição irregular de silhares reaproveitados, com juntas largas também irregulares preenchidas com cascalho e argamassa. Esta pequena zona individualiza-se ainda pelo facto de os silhares apresentarem superfícies mais escuras, muito erodidas, com arestas boleadas, características de exposição ao calor e ao fumo.

C – 4 > 8; 4 <> 5; 4 < 3; 4 < 7.

D – Ver CORTE 2-2, unidade 9. Deve notar-se, contudo, que no alçado sul se evidenciam soluções construtivas distintas na edificação da ligação entre a ala sul do claustro, edificada no triénio de 1660-62, e a ala do refeitório, concluída no triénio 1685-88. Embora a documentação não esclareça a razão dessas diferenças, o facto de possuírem elementos que podem considerar-se comuns, como sejam alguns compartimentos, o friso a marcar o piso mais alto e as janelas oculadas, permite considerar essas diferenças construtivas como etapas de edificação eventualmente relacionáveis com alterações de projecto.

E – Ver CORTE 2-2, unidade 9.

A – 5: topo sul/nascente da ala do refeitório.

B – Paredes em alvenaria irregular de blocos graníticos, cascalho e argamassa, com reutilização de silhares. As juntas são irregulares e largas, preenchidas com cascalho e argamassa. Na metade inferior predominam blocos de grandes dimensões (silhares reaproveitados ou não) com faces erodidas e arestas boleadas e

na metade superior pedras com dimensões mais pequenas. Incorporam vãos de janelas e de uma sacada.

C – $5 > 8$; $5 < 4$; $5 < 7$.

D – Ver unidade 4 e CORTE 2-2, unidade 9.

E – Ver CORTE 2-2, unidade 9.

A – 6: porta da horta (junto ao hospício).

B – Vão rectangular com bandeira, com guarnições de granito rectilíneas. Abre para um pequeno patamar que liga a uma escada com 15 degraus de granito.

C – $18 > 9$.

D – Porta rasgada na parede do hospício, para ligação à horta. A sua construção documenta-se no triénio de 1781-83.

E – ADB-Congregação de S. Bento, 117.Rendufe (*Estado do Triénio de 1781-1783, fl.16v-17*).

A – 7: apoios canalização cozinha.

B – Mísulas de secção quadrada, salientes da parede cerca de 0,30 m., para apoio de aqueduto de adução de água. Junto à janela da cozinha conserva-se um elemento da caleira de granito.

C – $7 > 6$; $7 > 4$; $7 > 3$; $7 > 2$.

D – Aqueduto para adução de água à cozinha. Deve corresponder ao que se “substituiu por novo desde a base do chafariz até às cozinhas” em 1793-95.

E – ADB-Congregação de S. Bento, 118.Rendufe (*Estado do Triénio de 1793-1795, fl.19*).

A – 8: hospício.

B – Parede em alvenaria granítica disposta em fiadas irregulares, com juntas por vezes largas, igualmente irregulares e mal preenchidas com cascalho e argamassa. Muitos dos silhares são reaproveitados de outras edificações, apresentando superfícies erodida e arestas boleadas, predominando na metade inferior da parede.

A cerca de 0,5 m. do solo e a toda a extensão da parede, esta faz um ressalto, em chanfro.

C – $8 > 9$; $8 < 4$; $8 < 5$; $8 < 6$; $8 < 7$; $8 < 12$

D – Trata-se da parede meridional do hospício, na qual se distingue o embasamento construído com recurso ao reaproveitamento de pedra de edificações anteriores. A sua construção data do triénio de 1660-62.

E – ADB-Congregação de S. Bento, 116.Rendufe (*Estado do Triénio de 1660-1662, fl.8v.*).

A – 9: topo sul ala da livraria.

B – Parede em alvenaria de blocos graníticos irregulares, incorporando alguns silhares reaproveitados, que se dispõe irregularmente, com juntas largas preenchidas com cascalho e pouca argamassa. Na base assenta em blocos ciclópicos, irregulares, ligeiramente salientes do prumo da parede formando um espécie de sapata muito irregular.

C – $9 < 8$; $9 < 10$; $9 < 12$.

D – Embasamento do topo sul da ala da livraria. O facto de evidenciar características que permitem correlacionar esta parte com o comentário de frei de Leão de São Tomás, segundo o qual aqui se conservava ainda a parte antiga do mosteiro, permite considerar que se trata do dormitório cuja construção foi testemunhada por frei Leão de São Tomás, cerca de 1650.

Pode, ainda, colocar-se a hipótese, a fundamentar melhor com elementos suplementares, de esta unidade construtiva se correlacionar com a reedificação da sala do capítulo, feita em 1741-43. A confirmar-se, implicaria a correcção do diagrama estratigráfico.

E – S. TOMÁS (1651), Frei Leão de - *Beneditina Lusitana*, Tomo II, (edição fac-símile com notas críticas de José Mattoso), Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1974, p. 329.

A – 10: dormitório “do colégio”.

B – Parede em alvenaria de blocos graníticos irregulares, cascalho e argamassa. Predominam elementos de média e grande dimensão. Dispõe-se irregularmente,

com juntas também irregulares, muito largas e preenchidas com cascalho e argamassa. No lado ocidental integra um elemento de guarnição de vão, reaproveitado, onde se observam gravadas as letras V e D (este invertido). Na base integra blocos ciclópicos. No lado nascente incorpora a metade inferior de um vão de janela rectangular, rematando desse lado num cunhal apilastrado, em cantaria formada por blocos afeiçoados denteados.

C – $10 > 9$; $10 <> 11$; $10 < 12$.

D – Trata-se do dormitório grande ou do colégio, construído, conjuntamente com a varanda (unidade.11), no triénio de 1723-25.

E – ADB-Congregação de S. Bento, 116.Rendufe (*Estado do Triénio de 1723-1725, fl.12v.*).

A – 11: varanda de Carcavelos.

B – Parede de alvenaria com as mesmas características da unidade 10, incorporando também um cunhal apilastrado no topo nascente. Sensivelmente ao centro do paramento integra um vão de vazamento de águas.

C – $11 <> 10$; $11 < 12$.

D – Ver unidade 10.

E – Ver unidade 10.

A – 12: muro do pomar da sacristia.

B – Parede de alvenaria irregular de blocos graníticos, cascalho e argamassa. Dispõe-se em fiadas irregulares, com juntas muito largas preenchidas com cascalho e argamassa e rematadas com cimento. Incorpora elementos arquitectónicos reaproveitados, designadamente guarnições de vãos.

C – $12 > 11$, $12 > 10$; $12 > 9$; $10 > 8$.

D – Reconstrução do muro nascente do pomar da sacristia (antigo laranjal) e remate superior das paredes meridionais arruinadas do dormitório do colégio e do hospício.

E – s/ ref.

PISO 0

O desenho apenas esboça as áreas construídas da parte privada do mosteiro.

Na planimetria do piso 0 estão representadas a quase totalidade das unidades construtivas identificadas na leitura dos cortes, que acima se descreveram. Para facilitar a compreensão da evolução do monumento e a construção do diagrama da sequência estratigráfica, optou-se por ordenar cronologicamente as unidades construtivas, atribuindo o número um (1) à mais antiga, e assim sucessivamente.

Para não repetir descrições, optou-se por apresentar aqui um quadro de correspondências, o qual fornece, de modo rápido, uma identificação global das unidades construtivas registadas no mosteiro.

As unidades construtivas que não tinham representação nos cortes são descritas de modo sumário no final do quadro. As unidades construtivas com expressão nos pisos superiores assinalam-se, no desenho, com sublinhado.

unidade construtiva	cronologia	corte 2-2	corte 12-12	corte 13-13	corte 14-14	corte 19-19
--------------------------------	-------------------	------------------	--------------------	--------------------	--------------------	--------------------

1. parede sul igreja velha	Séc. XII	-	-	6	12	-
2. sacristia	XVI-XVII	-	-	-	19	-
3. ala da livraria	c. 1650	a)	a)	a)	a)	a)
4. topo sul ala livraria	c. 1650	-	-	-	-	9
5. hospício	1660-62	-	-	-	-	8
6. muro norte do terreiro	1666-68	-	2	-	-	-
7. topo sul/poente ala refeitório	1663-84	9	-	-	-	4
8. topo sul/nascente ala refeitório	1663-84	-	-	-	-	5
9. refeitório	1685	8	-	-	-	-
10. portaria	1688	6	-	7	6	-
11. igreja	1717-19	2	8	5	9	-
12. ante-sacristia	1717-19	b)	b)	b)	b)	b)
13. clausto	1717-19	-	-	-	10	-
14. elevação cobertura portaria	1717-19	5	-	8	7	-
15. dormitório e varanda “de Carcavelos”	1723-25	-	-	-	-	10 e 11

16. pavimento e canteiros do claustro	1726-28	-	-	-	11	-
17. janelão e nichos da escadaria	1729	7	-	-	8	-
18. porta do olival	1729-31	-	5	-	-	-
19. galeria poente	1730-34	-	-	10	2	-
20. fonte do terreiro	1742	-	4	-	-	-
21. estrebaria e hospedaria moços (poente)	1756-58	-	-	-	-	1
22. pátio da igreja	1756-58	4	-	9	-	-
23. alpendre do pátio da igreja	1756-58	3	7	-	-	-
24. tribuna cabeceira capela-mor	1756-58	-	11	2	16	-
25. abóbada capela-mor	1756-58	-	10	3	17	-
26. casa da audiência	1762-64	-	1	-	-	-
27. quarto pequeno estribeiros	1771-73	-	-	-	3	-

28. quarto grande estribeiros	1771-73	-	-	-	4	-
29. capela Santíssimo Sacramento	1778-86	1	9	-	-	-
30. varanda poente	1781-83	10 e 11	-	-	-	3
31. porta da horta (hospício)	1781-83	-	-	-	-	6
32. cozinha	1784-86	12	-	-	-	2
33. anexos topo sul ala refeitório	1784-86	c)	c)	c)	c)	c)
34. estrebaria e hospedaria moços (sul)	1784-89	-	-	-	-	1
35. aqueduto da cozinha	1793-95	-	-	-	-	7
36. capela Senhora do Pilar	1793-95	-	-	-	13	-
37. aqueduto aéreo	1811-13	-	-	1	15	-
38. encerramento porta do olival	fim XIX	-	6	-	-	-
39. escada fachada norte galeria poente	fim XIX	-	-	11	-	-

40. telhado escadas coro	fim XIX	-	-	-	20	-
41. muro pomar da sacristia	fim XIX	-	-	-	-	12
42. cozinha residência paroquial	fim XIX	d)	d)	d)	d)	d)
43. escadas residência paroquial (sul)	fim XIX	e)	e)	e)	e)	e)
44. divisória ocidental do hospício	fim XIX	f)	f)	f)	f)	f)
45. encerramento vãos claustro	fim XIX	g)	g)	g)	g)	g)
46. encerramento vãos cozinha	fim XIX	h)	h)	h)	h)	h)
47. abóbada nave igreja	1960-65	-	12	4	18	-
48. escadas fachada sul galeria poente	1969	-	-	-	5	-
49. cobertura sacristia	1969	-	-	-	14	-
50. portão norte do terreiro	1994-95	-	3	-	-	-
51. sanitários	1994-95	i)	i)	i)	i)	i)

a) Esta unidade não está representada em nenhum dos cortes seleccionados, localizando-se entre a sacristia e o topo sul da ala da livraria (unidade 4). Possui as mesmas características construtivas da *unidade 2. sacristia*, incorporando vãos de portas e de janelas, encerrados em período posterior. Aqui se localizariam as escadas ditas “de Santa Escolástica”. Está estratigraficamente correlacionada com a *unidade 4. topo sul da ala da livraria*, devendo a sua construção datar de meados do século XVII.

In LEAL (1878), Augusto S. A. B. de Pinho - **Portugal Antigo e Moderno**, vol. 8, Livraria Editora de Matos Moreira & Companhia, Lisboa, pp. 127-140; e S. TOMÁS (1651), Frei Leão de - **Beneditina Lusitana**, Tomo II, (edição fac-símile com notas críticas de José Mattoso), Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1974, p. 329.

b) Esta unidade não está representada em nenhum dos cortes seleccionados. Situa-se entre a igreja e a sacristia. Possui as mesmas características construtivas da *unidade 11. igreja*.

in ADB-Congregação de S. Bento, 116.Rendufe (*Estado do Triénio de 1717-1719, fl.17*;

c) Esta unidade não está representada em nenhum dos cortes seleccionados. Tem as mesmas características construtivas da unidade *31.cozinha*. Trata-se das paredes que encerram os arcos no interior do topo sul da ala do refeitório, compondo uma nova compartimentação, associável à construção do “quarto para o cozinheiro e quartos e refeitório para os moços”.

in ADB-Congregação de S. Bento, 117.Rendufe (*Estado do Triénio de 1784-1786, fl.21v*).

d) Esta unidade não está representada em nenhum dos cortes seleccionados. Trata-se da adaptação, a cozinha, de um compartimento no lado sul da hospedaria sobre o refeitório. O chão foi pavimentado com lajes de granito e instalou-se uma lareira e um pequeno forno, de tipo comum às antigas casas rurais minhotas. O fumo saía directamente pelo tecto, do que resultou a acumulação de fuligem negra nas paredes.

s/ ref.

e) Esta unidade não está representada em nenhum dos cortes seleccionados. Trata-se das escadas que faziam a ligação da residência paroquial com a cozinha, no interior do topo sul da ala do refeitório. São escadas com degraus de peças inteiras de granito, alguns reaproveitados de bancos, montados sobre um embasamento de alvenaria irregular, o qual envolve e recorta os arcos e o pilar central pré-existente. À construção desta escada deve associar-se o patamar lajeado que a recebe, no piso térreo.

s/ ref.

f) Esta unidade não está representada em nenhum dos cortes seleccionados. Tem as mesmas características construtivas da unidade 38. *encerramento porta olival*. Trata-se da parede que encerra o topo ocidental do hospício, marcando a separação entre a propriedade privada e a zona administrada pela paróquia.

s/ ref.

g) Esta unidade não está representada em nenhum dos cortes seleccionados. Tem as mesmas características construtivas da unidade 38. *encerramento porta olival*. Trata-se das paredes que encerram os vãos de portas e janelas nas alas nascente e sul do claustro, criando uma divisão totalmente fechada entre a propriedade privada e a parte pública administrada pela paróquia.

s/ ref.

h) Idem, unidade 45, aqui relativo às paredes que encerram os vãos na cozinha.

s/ ref.

i) Bateria de sanitários no extremo meridional da ala do refeitório, instalada por iniciativa da Comissão Fabriqueira.

s/ ref.

4. Fases construtivas e interpretação da evolução arquitectónica

A caracterização das unidades construtivas acima feita, cruzada com a análise da sequência estratigráfica e com a documentação coeva, em especial com as referências a obras registadas nos *Estados* do mosteiro de Rendufe, permitiu estabelecer associações e definir estruturas construtivas.

As estruturas construtivas adquirem significado em contextos cronológicos mais ou menos alargados, variando a amplitude dos limites cronológicos por razões de ordem quantitativa e/ou qualitativa: para os períodos mais recuados, os vestígios são escassos, suportando limites cronológicos amplos, por ausência de outras referências; para os períodos mais recentes, existem mais dados, cujas associações se tornam compreensíveis em quadros cronológicos mais curtos, cronologicamente bem delimitados.

Para o mosteiro de Santo André de Rendufe identificaram-se um conjunto de 5 fases construtivas, que se apresentam a seguir:

Fase I (séculos XII / XV) - edificação medieval

Desta fase conserva-se a quase totalidade da parede meridional da igreja e parte do que poderá corresponder à cabeceira da nave do mesmo lado. Tendo em consideração que as descrições seiscentistas referem uma igreja de três naves, esta desenvolver-se-ia sob a actual igreja, sendo provável que a capela-mor ocupasse a zona onde se implanta o pilar sul do arco cruzeiro (o local onde, talvez a perpetuar essa memória, se conservou uma inscrição medieval).

Os elementos disponíveis são escassos no que respeita à planimetria geral, não se conhecendo dimensões totais. Sabe-se que o templo tinha três naves e que a construção seguiu padrões arquitectónicos românicos, como se depreende da modulação dos silhares e dos escassos fragmentos de decoração arquitectónica que restam, em dominam os frisos enxaquetados. Estes dados são insuficientes para estabelecer o modelo seguido, mas admitem a sugestão de se tratar de uma edificação do género das de Ganfei (Valença), Travanca (Amarante) ou Pombeiro (Felgueiras).

Relativamente aos edifícios monásticos medievais, não existem quaisquer vestígios. Admite-se que o mosteiro de Rendufe seguisse o modelo geral de organização em torno de um claustro ou pátio, o qual se desenvolveria para sul, ocupando a zona da actual quadra claustral, embora com dimensões mais

reduzidas. Como referência, é provável que a fachada da igreja alinhasse pela face nascente da torre sul da igreja, o que significa que a ala poente do claustro medieval se localizaria onde actualmente se implanta a arcaria ocidental do claustro.

Fase II (século XVI) – reconstrução (?) da Reforma

Desta fase não subsistem quaisquer vestígios construídos, isto é, não se conserva, em pé, qualquer parte de construção. Como acima já se demonstrou, a igreja de cantaria referida por frei Leão de São Tomás em meados do século XVII, e que este atribuiu ao abade comendatário Henrique de Sousa, era a igreja medieval.

O facto de em finais do século XVI ainda se exigir a conclusão de obras, cuja necessidade de execução se reportava ao tempo do governo de Henrique de Sousa, aponta no sentido de este não ter empreendido, de forma empenhada, a reconstrução que a historiografia lhe atribui.

Pode mesmo questionar-se se terá havido uma efectiva reconstrução do mosteiro, ou apenas a realização de remodelações e/ou ampliações que fossem dando satisfação às necessidades mais imediatas. A escassez de vestígios datáveis desta época parece reforçar esta interpretação, conhecendo-se apenas dois elementos arquitectónicos em que se gravaram as datas de 1555 e 1559 (elementos depois reaproveitados nos edifícios seiscentista e setecentista). Sobre o estilo artístico subjacente a estas intervenções quinhentistas, nada se conhece.

Fase III (séculos XVII / XVIII) - reedificação moderna

Esta fase corresponde à realização do primeiro grande projecto de reconstrução integral do mosteiro de Rendufe, dando expressão arquitectónica à Reforma abraçada pela comunidade e afirmando, simultaneamente, a influência e o poder da ordem beneditina em Portugal, acompanhando o modelo seguido pela casa-mãe da Congregação de São Bento do Reino de Portugal, que era o mosteiro de São Martinho de Tibães, a poucos km de Rendufe.

Entre meados do século XVII e o primeiro quartel do século XVIII, reedificaram-se, praticamente *a fundamentis*, a casa e a igreja, seguindo os estilos artísticos então dominantes, desde o de tradição renascentista da fachada da portaria, até ao maneirismo de elaboração bracarense da fachada da igreja

O modelo seguido, organizado em torno de uma quadra claustral, conservou os eixos estruturantes pré-existentes, marcados pelo alinhamento da parede sul da igreja medieval e pela projecção do eixo ortogonal do seu arco cruzeiro. Com a construção do dormitório do colégio, alinhado pela ala meridional do claustro, projectou-se para nascente o desenvolvimento de uma segunda quadra, que viria a concluir-se na fase seguinte.

A escala de construção conheceu uma alteração profunda, pois os volumes construídos praticamente duplicaram, tanto por expansão horizontal, como sugerem as diferenças de largura entre as alas do claustro, mas também devido ao seu aumento em altura.

Do ponto de vista técnico-construtivo, esta fase tanto acusa alguma perda de qualidade, patente nas variações detectadas nos aparelhos, que vão desde a reutilização de silharia românica à construção em alvenaria irregular, como manifesta padrões muito elevados, como é o caso das cantarias das fachada e escada da portaria ou da cobertura abobadada em tijolo, do refeitório.

Seguindo a cronologia das obras, percebe-se a existência de uma plano de execução sequencial, com início na quadra claustral. Mantendo em uso a igreja medieval, iniciou-se a reconstrução pela ala nascente do claustro, prosseguiu-se pelas alas sul e poente e concluiu-se com a reedificação da igreja. A construção do dormitório do colégio encerra este ciclo construtivo.

Fase IV (século XVIII) - ampliação moderna

À excepção do primeiro quartel, a restante parte do século XVIII e as duas primeiras décadas do século XIX foram uma época de crescimento da casa monástica de Rendufe. O crescimento materializou-se na grande ampliação do

mosteiro para poente, ao passo que a consolidação se manifestou arquitectonicamente nos melhoramentos e remodelações empreendidos um pouco por todo o edificado construído na fase anterior.

Da sequência das obras não se extrai a existência e consequente execução faseada de um plano global, mas sim de planos parciais que se vão entrecruzando e complementando. É isto que parece acontecer com a organização do terreiro fronteiro à igreja, inicialmente delimitado com a construção da galeria poente e depois “acabado” com a construção do pátio e alpendre da igreja e colocação centrada da fonte armoriada na parede norte do terreiro. O mesmo se passa com a ampliação do mosteiro para Oeste, iniciada com a construção do dormitório poente no alinhamento da ala norte do claustro, e que acabaria por fechar, a Sul e a Oeste, com hospedarias, estrebarias e cozinha, em torno de um amplo terreiro interior.

Na ligação das galerias meridional e poente do claustro identificam-se diversas remodelações, ainda pouco compreensíveis do ponto de vista da funcionalidade dos espaços remodelados. A nascente acaba por se delimitar o jardim da sacristia com muros, desenhando mais um espaço que acentua a orientação E/O da massa edificada de Rendufe.

Relativamente aos espaços litúrgicos, as grandes alterações respeitam à edificação da capela do Santíssimo Sacramento no topo setentrional do transepto da igreja, e à montagem da capela da Senhora do Pilar no vão da escada de acesso ao coro.

As soluções técnico-construtivas manifestas nesta fase revelam igual diversidade que na fase anterior, sendo de excelente qualidade na execução da capela do Santíssimo Sacramento e nos pisos abobadados da galeria poente, e bastante fruste nas execuções da hospedaria e estrebaria Sul e na cozinha.

Do ponto de vista estilístico, releva a magnífica capela do Santíssimo Sacramento, que Robert Smith classifica como neoclássica, ao gosto pombalino, com perdurações do rococó bracarense.

Fase V (séculos XIX / XX) - abandono, ruína e reparações contemporâneas

Esta fase inicia-se com a extinção das ordens religiosas em Portugal, decretada em 1833 e 1834, na sequência da qual o mosteiro de Rendufe foi encerrado e posteriormente vendido em hasta pública a particulares, ficando afectas à paróquia a igreja e a ala poente do claustro (ala da portaria e refeitório), para residência do pároco.

Em 1887 um violento incêndio destruiu quase metade do mosteiro, tendo literalmente desaparecido toda a zona a nascente da residência paroquial. Da demolição das ruínas do incêndio restaram as arcadas inferiores do claustro e o piso térreo da ante-sacristia e da sacristia.

O bloco poente, propriedade privada, conheceu uma ocupação residencial parcial e temporária, conhecendo uma degradação progressiva até se arruinar, especialmente as construções ocidentais e meridionais. Ao mesmo tempo, ia-se delapidando o património arquitectónico e escultórico do mosteiro, desaparecendo fontes, capelas, pavimentos e azulejos.

Embora não abrangida por este estudo, não pode deixar de fazer-se uma referência à cerca do mosteiro, para sublinhar o gravíssimo erro cometido com a sua transformação em vinha extensiva, já no último quartel do século XX. Todo o parcelamento agrário, com separação de área de monte, para mato ou floresta, de campos agrícolas e de hortas, servido por alamedas e ornado com elementos arquitectónicos, foi irremediavelmente destruído.

5. Conclusões

O mosteiro de Santo André de Rendufe conheceu diversas fases construtivas, desde a edificação medieval original até às adaptações contemporâneas de parte do edificado.

Chegou até nós arruinado e amputado de parte significativa da massa edificada. Mas é possível, com base na documentação proveniente do mosteiro, nos vestígios subsistentes e nas descrições pormenorizadas anteriores ao incêndio,

restituir a quase totalidade da sua planimetria e identificar a organização funcional dos espaços constituintes do mosteiro de Santo André de Rendufe à data da sua extinção.

Importa afirmar que este estudo constitui uma primeira abordagem, pelo que a sequência apresentada não esgota a totalidade de elementos e estruturas existentes, que serão acrescentados com os novos dados proporcionados por uma observação posterior mais detalhada, pela retirada de rebocos e pelas escavações arqueológicas.

Deve admitir-se, portanto, que uma análise mais pormenorizada conduza, senão a correcções, pelo menos ao refinamento da descrição e da sequenciação estratigráfica e consequentemente à complexificação da leitura da evolução arquitectónica do mosteiro de Rendufe.

Verifica-se que existem zonas ou partes do edifício de compreensão complexa, como a do topo Sul da ala do refeitório, a ligação da ala nascente com a ala sul e cabeceira da igreja medieval (na ante-sacristia), relativamente às quais se devem aprofundar os estudos, designadamente realizando escavações arqueológicas e levantamentos pormenorizados de alçados e análise de paramentos.

A pormenorização da análise de paramentos só será possível após retirada dos rebocos, se tal for considerado possível e/ou aceitável, do ponto de vista da intervenção arquitectónica, o que a acontecer implicará a recolha de amostras para posterior caracterização laboratorial.

Em nossa opinião é ainda recomendável a demolição das unidades construtivas adossadas posteriormente, em diferentes momentos, às fachadas norte e sul da galeria poente, designadamente as escadas e os compartimentos identificadas no Corte 13-13 com o número 11 e no corte 14-14 com os números 3, 4 e 5.

Estas construções, para além da sua diminuta qualidade arquitectónica, perturbam negativamente a leitura das fachadas, porque rompem o equilíbrio

original do desenho e porque ocultam vãos de iluminação. Constituem acrescentos que serviram simples remedeios funcionais, hoje desnecessários, constituindo a sua demolição um evidente benefício para o monumento.

O mesmo se aplica, caso o Estado venha a adquirir a parte do edifício que é propriedade privada, às paredes que encerram vãos de portas, designadamente no claustro e na cozinha

Rendufe (Amares) e Braga, Junho de 2001

Luis Fernando de Oliveira Fontes

Anexo I. Sinopse construtiva

Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M. / MEMÓRIAS, 6, 2010

Sinopse construtiva

1090 – Regista-se a presença de um abade de Rendufe, de nome Sisnando, num acto judicial realizado no mosteiro de Arouca. O mosteiro de Rendufe teria sido fundado pouco antes, sob o patronato de Egas Pais de Penegate.

in DC, n.º 746

1098 / 1107 (?) – Egas Pais de Penegate faz doação ao mosteiro de Santo André de Rendufe dos direitos que possuía sobre o couto do mesmo lugar, que lhe havia concedido o conde D. Henrique.

in COSTA (1958, 213) e MATTOSO (1969, 76 – doc.2) (falsificação moderna)

1151 – Inscrição medieval em laje granítica reaproveitada no pavimento do transepto, junto à base do pilar meridional do arco cruzeiro da capela-mor (E. M C LXXX VIII). Pode admitir-se que a esta data, portanto, a igreja e o mosteiro já estivessem construídos.

1220 – Nas Inquirições mandadas fazer por Afonso II, o mosteiro de Rendufe é já um vasto domínio, especialmente concentrado entre os rios Cávado e Homem. A essa data incorporava as granjas de São Salvador do Souto, Santiago de Goães e São Tomé de Ansede.

in PMH, Inq. I

1401 – Com a intervenção do papa Bonifácio IX, inicia-se o período de governo do mosteiro por abades comendatários (Mestre André Dias, abade conventual entre 1402-1408 e comendatário de 1408 a 1414).

in MATTOSO (1969, 93 – doc.21 a 26) e MARQUES (1988, 684)

1510 / 1547 – Abaciado de Simão Fernandes da Costa. Nos últimos anos do governo deste abade comendatário as visitas promovidas pela mitra bracarense descrevem-no como estando arruinado, determinando que se fizessem obras.

in MATTOSO (1969, 69)

1549 – Obras em parte incerta do mosteiro (data gravada num elemento arquitectónico reaproveitado num armário da cozinha).

1551 – Reedificação (?) do mosteiro por iniciativa do abade comendatário Henrique de Sousa, conforme inscrição gravada sob o peitoril da janela virada ao Santíssimo Sacramento, no canto NO do 1.º andar do claustro (a janela é setecentista e os caracteres epigráficos parecem também do século XVIII).

1554 (?) – Provisão de Baltazar Limpo, arcebispo de Braga, dirigida ao abade de Rendufe, Henrique de Sousa, intimando-o a concluir as obras de reconstrução que haviam sido determinadas em visitas anteriores.

in MATTOSO (1969, 99 – doc.49)

1559 – Obras em parte incerta do mosteiro (data gravada num elemento arquitectónico reaproveitado na elevação setecentista da ala do refeitório).

1569 – Frei Pedro de Chaves toma posse do mosteiro de Rendufe, através de acto público registado pelo notário apostólico Ambrósio Navio.

in MATTOSO (1969, 102 e sgs. – doc.57)

1627/1629 – Forrou-se e colocaram-se asnas na nave central da igreja e “repregaram-se” as duas naves colaterais (esta igreja de três naves seria a medieval); fizeram-se “dez braços” de canalização, desde a horta até ao claustro; forrou-se e rebocou-se o Capítulo alto.

in ADB-Congregação de S. Bento, 116.Rendufe (*Estado do Triénio de 1627-1629, fl.5v*)

1630/1632 – Reconstrução da canalização desde a fonte exterior da cerca até ao claustro; reparação do chafariz do claustro.

in ADB-Congregação de S. Bento, 116.Rendufe (*Estado do Triénio de 1630-1632, fl.5v-6*)

1639/1641 – Reparação de muros e cerca do mosteiro.

in ADB-Congregação de S. Bento, 116.Rendufe (*Estado do Triénio de 1639-1641, fl.7-7v*)

1645/1647 – Reformou-se a varanda, pavimentando-a com tijolo.

in ADB-Congregação de S. Bento, 116.Rendufe (*Estado do Triénio de 1645-1647, fl.5v-6*)

1648/1650 – Reparação dos tectos e telhados na igreja e nas varandas do claustro; fundiu-se uma nova campainha para a sacristia.

in ADB-Congregação de S. Bento, 116.Rendufe (*Estado do Triénio de 1648-1650, fl.5v*)

1650 (?) – Construção de novo dormitório “sobre a horta para o meio dia” (corresponderá ao dormitório dito do colégio, para nascente da ala sul do claustro).

in S. TOMÁS (1651, II, 329)

1654/1656 – Forrou-se a nave central da igreja com sessenta painéis emoldurados e cinco varões de ferro pintado e as duas colaterais com vinte e sete painéis cada uma; repararam-se a casa da audiência e os soalhos das galerias do claustro e da livraria; reparou-se a canalização do capítulo até ao chafariz e deste até ao terreiro da portaria.

in ADB-Congregação de S. Bento, 116.Rendufe (*Estado do Triénio de 1654-1656, fl.8v e 9v*)

1660/1662 – Fundiu-se um novo sino grande, elevando-se a torre sete palmos (aprox.. 1,5 m) e uma campainha para a portaria; construiu-se um hospício (corresponderá à ala sul do claustro); repararam-se a tulha e uma sala do recibo; a ligar ao dormitório, fez-se uma varanda “com passadiço coberto” e parapeito de madeira; reparou-se a estrebaria.

in ADB-Congregação de S. Bento, 116.Rendufe (Estado do Triênio de 1660-1662, fl.8v-9)

1663/ 1665 – Fez-se um novo forno e reparou-se a sua casa e uma escada grande “para os altos da igreja”.

in ADB-Congregação de S. Bento, 116.Rendufe (Estado do Triênio de 1663-1665, fl.7)

1666/ 1668 – Repararam-se os telhados da igreja e das torres; vedou-se o campo do olival de fora com muro dobrado e capeado.

in ADB-Congregação de S. Bento, 116.Rendufe (Estado do Triênio de 1666-1668, fl.7)

1669/1671 – Repararam-se telhados, varandas e janelas dos dormitórios; reformou-se a escada de pedra da portaria; abriram-se portas novas na horta, no claustro e na despensa; fez-se uma nova cozinha; uma casa para serviço dos moços; ampliou-se a estrebaria; fez-se uma tulha nova com 130 palmos de comprimento (aprox. 26 m) e 30 palmos de largura (aprox. 6 m), com divisões em pedra e pavimento de tijolo e no lado sul uma nova estrebaria, tudo com três portais e uma janela viradas ao terreiro; fez-se uma nova escada de madeira que desce para o refeitório; incorporou-se a caixa de água dentro de muros, sobrepondo-se-lhe uma ermida dedicada a São João Baptista; canalizou-se a água desde a arca até ao terreiro da portaria; fez-se a fonte do comendatário, com bancos e charola.

in ADB-Congregação de S. Bento, 116.Rendufe (Estado do Triênio de 1669-1671, fl.8v-9-9v)

1685 – Construção do refeitório (data gravada na padieira da porta que abria para o claustro, no canto SW – esta porta era antecedida de um lavatório, uma e outro tapados em fase posterior).

1688 – Construção da portaria (data gravada na padieira da porta).

1711/1713 – Reparações nas canalizações do claustro, telhados e barbearia.

in ADB-Congregação de S. Bento, 116.Rendufe (Estado do Triénio de 1711-1713, fl.18)

1717/1719 – Construção, *a fundamentis*, da nova igreja (incluindo imagens da fachada) e das galerias do claustro; ampliação da ante-sacristia; construção da livraria e dos sanitários ou “secretas”; reparações na barbearia, nos dormitórios, casa dos moços e oficinas; reformas nas casas da audiência e do engenho; reconstrução da maioria dos telhados; refundição do sino grande, acrescentado-se-lhe 7 arrobas (aprox. 100 kg.); arranjo de adro para os “freguezes”, com portal de pedra esquadriada; construção de fosso de drenagem à volta da igreja, lajeado; desaterro do adro e construção de fosso com grade de ferro à porta da igreja.

in ADB-Congregação de S. Bento, 116.Rendufe (Estado do Triénio de 1717-1719, fl.17-17v-18)

1720/1722 – Colocação de talha e cadeiral no coro alto; desaterro do claustro e de “uma casa para adega”; construção de uma lagar para “onze ou doze pipas”; fizeram-se duas portas grandes para a cerca.

in ADB-Congregação de S. Bento, 116.Rendufe (Estado do Triénio de 1720-1722, fl.11v-12)

1723/1725 – Recheio e decoração arquitectónica da igreja (órgãos, retábulos, sanefas, estatuária, etc.); desaterro de 20 palmos (aprox. 2 metros) “atrás da igreja e capela-mor” e estruturação do fosso de drenagem; construção da barbearia “no correr do dormitório” e ampliação deste,

rematando-se no fim com uma varanda de 70 palmos (aprox. 14 m.) com assentos e grades de ferro, fazendo-se por baixo uma casa de jogo; fez-se outra casa para “recolhimentos” e de novo uma estrebaria; repararam-se o forno, cortes, muros da cerca, aquedutos do chafariz e portas.

in ADB-Congregação de S. Bento, 116.Rendufe (Estado do Triénio de 1723-1725, fl.12v-13)

1726/1728 – Pavimentou-se com lajes (incorporando sepulturas), forrou-se com azulejo e colocaram-se os canteiros de pedras no claustro; repararam-se e remodelaram-se os aquedutos do chafariz e de adução de água à cozinha; pintaram-se de branco as paredes dos dormitórios, escadas, varandas, salas, portaria, refeitório, hospício e sacristia; fizeram-se as grades e o cadeiral para a capela-mor; fez-se uma capela sob a torre; reparou-se o relógio.

in ADB-Congregação de S. Bento, 116.Rendufe (Estado do Triénio de 1726-1728, fl.13-13v)

1729/1731 – Construção de novo dormitório com 254 palmos de comprimento (aprox. 54 m.) e 36 de largura (aprox. 7,5 m., mas tem cerca de 11 m., na realidade *): comporta dez celas, uma grande para o prelado, um celeiro e sob este uma adega, abobadados e no fim umas “necessárias”. O telhado remata com três pirâmides “em correspondência” com as que sobrepujam a sala da portaria; à porta da igreja fez-se um patamar com quatro degraus, ao lado do qual se levantou um abrigo com as colunas “que saíram da porta do carro”; abaixo das escadas fez-se um coberto com porta interior para o olival; tapou-se o jericó atrás da igreja, aí se colocando o nicho que saiu da escada da portaria; nesta abriu-se uma fresta grande, ladeada por dois nichos para São Bento e Santa Escolástica; fez-se uma capela na horta aproveitando duas colunas que saíram da porta do carro; fez-se uma casa do forno; fizeram-se cortes para bois, com casas para palheiros e para os moços por cima; desaterrou-se parte do terreiro em cerca de 1 m. (5 palmos).

in ADB-Congregação de S. Bento, 116.Rendufe (*Estado do Triénio de 1729-1731, fl.16v-17-17v*). O contrato relativo à edificação do novo dormitório encontra-se em ADB - Notas de Tabela Geral, P-69 (*fl. 74-74v*).

* Conforme se percebe da leitura do contrato, teria havido um projecto inicial que foi substituído pelo que acabou de se construir. É provável que o redactor do “estado” se reporte às dimensões do primeiro projecto.

1732/1734 – Concluíram-se obras no dormitório novo; fez-se um muro no terreiro, rebocado e dealbado; fez-se uma eira nova com alpendre; desaterrou-se o terreiro em cerca de 6 palmos (aprox. 1,2 m.); repararam-se telhados, algumas aberturas na abóbada sobre o coro e canos de água.

in ADB-Congregação de S. Bento, 116.Rendufe (*Estado do Triénio de 1732-1734, fl.17v-18*).

1738/1740 – Repararam-se telhados, muros, canalizações e vidraças; fizeram-se três capelas na horta (“para integrar as sete dos passos”).

in ADB-Congregação de S. Bento, 116.Rendufe (*Estado do Triénio de 1738-1740, fl.17v-18v*).

1741/1743 – Alterações na decoração arquitectónica do interior da igreja e na organização espacial da capela-mor; reedificação da sala do capítulo, abrindo-se-lhe grande porta do lado do dormitório; repararam-se telhados, varandas e vidraças e pintaram-se portas, janelas e paredes; fez-se uma ramada sobre pilares de pedra, desde o jericó ao Santo Cristo do Horto; de dois sinos velhos fez-se um novo com cerca de 14 arrobas (aprox. 210 kg.), no qual se gravou a imagem de Santa Gertrudes; no terreiro da igreja fez-se uma fonte com as “armas” de São Bento (tem gravada a data de 1742), à qual se conduziu água por caleiros de pedra numa extensão de 780 palmos (aprox. 160 m.), desde uma poça que se abriu abaixo da eira;

in ADB-Congregação de S. Bento, 116.Rendufe (*Estado do Triénio de 1741-1743, fl.13-13v-14-14v-15-15v-16*).

1744/1746 – Fez-se um nicho com imagem de São Bento sob o coro; gravaram-se as inscrições nas sepulturas dos abades frei António de São Boaventura e Henrique de Sousa; repararam-se telhados, diversos compartimentos e canalizações.

in ADB-Congregação de S. Bento, 116.Rendufe (*Estado do Triénio de 1744-1746, fl.13v-14-14v.*).

1747/1749 – Reparou-se a abóbada da capela-mor, “que se achava aberta pelo meio ameaçando ruína”; repararam-se telhados, paredes e muros e dealbou-se o mosteiro; fez-se um fosso de drenagem na sacristia, do lado da horta, fazendo-se por cima um “aprazível jardim”; fez-se um forno novo; renovou-se a casa da audiência; fez-se uma casa com alpendre na eira.

in ADB-Congregação de S. Bento, 116.Rendufe (*Estado do Triénio de 1747-1749, fl.34v-35*).

1750/1752 – Repararam-se muros na cerca e vidraças e telhados no mosteiro e substituiu-se o soalho do dormitório “grande da varanda que fica para Carcavelos” *.

in ADB-Congregação de S. Bento, 116.Rendufe (*Estado do Triénio de 1750-1752, fl.12-12v*).

* Carcavelos é um lugar da freguesia de Rendufe, a nascente do mosteiro.

1753/1755 – Colocaram-se na torre dois sinos grandes, de primeira e de segunda, mais uma garrida; repararam-se os telhados e dealbaram-se as paredes do mosteiro; refizeram-se os aquedutos desde o exterior da clausura até ao chafariz, cozinha e terreiro interior; fez-se uma cadeia por baixo da casa da audiência e um alpendre lajeado na eira; mudou-se a casa da estrebaria para a casa do forno, fazendo-se um forno novo noutra casa; fez-se um coberto grande para abegoaria.

in ADB-Congregação de S. Bento, 117.Rendufe (*Estado do Triénio de 1753-1755, fl.22v-23*).

1756/1758 – Reconstrução da abóbada e tribuna da capela-mor, que se demoliu por ameaçar ruína; repavimentação da igreja, incorporando sepulturas delimitadas por guias de pedra e taburnos de madeira de castanho; fez-se um novo guarda-vento para a porta da igreja; construção de novo bloco com estrebaria e hospedaria para “moços de hóspedes” ao centro e cortes laterais; reparações diversas em várias partes do mosteiro; fez-se o pátio fronteiro à igreja, com balaustrada e degraus e nove sepulturas no lado norte; retelhou-se a igreja; repararam-se os coruchéus das torres.

in ADB-Congregação de S. Bento, 117.Rendufe (*Estado do Triénio de 1756-1758, fl.13v-14-14v-15*).

1759/1761 – Reparações diversas.

in ADB-Congregação de S. Bento, 117.Rendufe (*Estado do Triénio de 1759-1761, fl. 20v-21-21v-22*).

1762/1764 – Abertura de porta para “comunicação da cela dos prelados com a nova hospedaria que se fez para hóspedes graves”; reconstruiu-se a casa da audiência; repararam-se os muros da cerca e os telhados do mosteiro.

in ADB-Congregação de S. Bento, 117.Rendufe (*Estado do Triénio de 1762-1764, fl.21-21v*).

1765/1767 – Colocou-se um sino pequeno na torre; repararam-se muros, celas e canalizações.

in ADB-Congregação de S. Bento, 117.Rendufe (*Estado do Triénio de 1765-1767, fl.19*).

1771/1773 – Acabamentos na capela-mor; lajeou-se parcialmente a eira; fizeram-se quartos para os estribeiros e moços de fora; reparações diversas.

in ADB-Congregação de S. Bento, 117.Rendufe (*Estado do Triénio de 1771-1773, fl.26-26v-27*).

1774/1776 – Concluiu-se o lajeamento da eira, cercada por muro em socalco; reparações diversas.

in ADB-Congregação de S. Bento, 117.Rendufe (*Estado do Triénio de 1774-1776, fl.23-23v*).

1778/1780 – Iniciou-se a construção, *a fundamentis*, da capela do Santíssimo Sacramento no topo norte do transepto; renovação da decoração arquitectónica em talha da igreja; abertura de um óculo sobre o arco cruzeiro; reparações diversas.

in ADB-Congregação de S. Bento, 117.Rendufe (*Estado do Triénio de 1778-1780, fl.23-23v-24*).

1781/1783 – Continuação das obras da capela do SS; dealbou-se todo o mosteiro; reparações nos telhados e forros; dealbou-se todo o mosteiro; construção de uma varanda com pilares e grades de ferro, que “fica para o nascente” *, para embelezamento do edifício mas “também para evitar a ruína do dormitório grande”; abriu-se uma porta para a horta, junto ao hospício, com escada de pedra e alpendre; rebaixou-se o leito do ribeiro da horta, emparedando-o, e a seu par uma grande latada com pilares de pedra, a sul marginada por um muro baixo, capeado, que serve de banco; reparações diversas.

in ADB-Congregação de S. Bento, 117.Rendufe (*Estado do Triénio de 1781-1783, fl.16v-17-17v*).

* Deve haver engano na localização, pois a nascente, virada a Carcavelos, já se havia edificado a varanda do “dormitório grande”, com 70 palmos de comprimento (ver triénios de 1723/1725 e 1750/1752). Tratar-se-á, portanto, da varanda sobre a cozinha, virada a poente, a servir de contraforte ao topo ocidental da ala sul do claustro.

1784/1786 – Concluíram-se as obras da capela do SS; fizeram-se três novas imagens de pedra para a fachada da igreja; abriu-se em volta da capela do SS um grande fosso para drenagem; fez-se de novo a cozinha,

casa do forno, quarto do cozinheiro e quartos e refeitório para os moços; vedou-se o laranjal com muro de 16 palmos de altura (aprox. 3,2 m.), reconstruindo-se a casa do hortelão; abriu-se uma fresta na igreja, defronte do altar de Nossa Senhora do Rosário; fez-se a casa do cartório; fez-se de novo a cavalaria e quartos para os estribeiros; dealbou-se o mosteiro e vistoriaram-se os telhados.

in ADB-Congregação de S. Bento, 117.Rendufe (*Estado do Triénio de 1784-1786, fl.20v-21-21v*).

1787/1789 – Completou-se a estrebaria, fazendo-se manjedouras, e quartos na parte superior para os moços; acabou-se a varanda de nascente, fazendo-se assentos; reparações diversas com madeiras; levantaram-se todas as cortes térreas, sobradando-as para alojamentos dos moços.

in ADB-Congregação de S. Bento, 117.Rendufe (*Estado do Triénio de 1787-1789, fl.20*).

1790/1792 – Renovação decorativa da igreja, com douramentos, pinturas e estátuas; dealbou-se o mosteiro por dentro e por fora; reparações com madeiras; abertura de janela na cozinha; repararam-se muros na horta e na cerca.

in ADB-Congregação de S. Bento, 117.Rendufe (*Estado do Triénio de 1790-1792, fl.12v*).

1793/1795 – Fez-se “um grande muro” desde a porta do olival até à capela do Senhor do Horto, em parte do qual se meteu a canalização “que deve conduzir a água para o chafariz do claustro”; repararam-se os aquedutos, substituindo-se por novos desde a base do chafariz até às cozinhas; fez-se na galeria norte do claustro uma capela de invocação da Senhora do Pilar; dealbou-se o mosteiro, repararam-se os telhados e os muros da cerca.

in ADB-Congregação de S. Bento, 118.Rendufe (*Estado do Triénio de 1793-1795, fl.19-19v*).

1796/1798 – Colocou-se novo soalho na livraria, no dormitório junto a esta, no capítulo das culpas, na varanda do claustro paralela ao dormitório do colégio e em parte deste junto à barbearia; ladrilhou-se de tijolo a varanda sobre a cozinha e todas as tulhas do recibo; reparações nos telhados; fechou-se o novo laranjal com um muro, desde o Senhor do Horto até às proximidades da livraria, incorporando-se na base assentos e no topo caleiros de pedra que “agora conduzem água ao claustro”; fundiu-se a garrida da torre.

in ADB-Congregação de S. Bento, 118.Rendufe (Estado do Triénio de 1796-1798, fl.11-11v).

1799/1801 – Reparações diversas (madeiras, vidraças, rebocos e pinturas); abertura de uma escada desde o dormitório do colégio até ao refeitório; fez-se novo cartório no dormitório do colégio, com abóbadas por cima e por baixo, reforçadas com tirantes de ferro; reformou-se a barbearia; reforma da hospedaria para acolher “hóspedes de graduação” (compartimentação incluiu um camarim com gabinete anexo, que comunica simultaneamente com a sala da hospedaria); fez-se uma nova botica; refez-se a chaminé da cozinha e um telheiro para a lenha; fizeram-se os muros em torno de toda a cerca, numa extensão de 2.908 braças e 10 palmos (aprox. 6.400 m.) (no cunhal defronte da capela do Senhor dos Passos gravou-se a data de 1799).

in ADB-Congregação de S. Bento, 118.Rendufe (Estado do Triénio de 1799-1801, fl.12-12v-13v).

1802/1804 – Fundiu-se um novo sino; repararam-se os telhados; várias reparações na cerca, na horta e nos edifícios, incluindo a colocação de uma nova padieira na porta da cozinha que dá para o terreiro.

in ADB-Congregação de S. Bento, 118.Rendufe (Estado do Triénio de 1802-1804, fl.11-11v).

1805/1807 – Inúmeras reparações em diversas partes do mosteiro; reconversão das cloacas em duas celas e construção de novas cloacas, com

o mesmo número de lugares, abaixo da casa do cartório; na cozinha meteram-se três bicas de água em canos de chumbo, fez-se um coberto na porta e passou-se a vazar as águas residuais por um cano sob a casa do forno, despejando no cano mestre e daí para os lameiros (a poça que recebia anteriormente estas águas, junto á janela da cozinha, passou a ser um tanque); encanou-se em chumbo com passadores de pedra a água que vai ao chafariz do claustro desde a ante-sacristia; fez-se um grande alpendre na eira.

in ADB-Congregação de S. Bento, 118.Rendufe (*Estado do Triénio de 1805-1807, fl.14-14v-15-15v-16-16v-17-17v-18-18v-19-19v*).

1808/1810 – Reparações diversas; remodelação dos quartos dos moços à entrada da portaria (lado do recibo); início da construção do novo aqueduto elevado, para adução de água ao claustro, desde a mãe-d'água, cuja casa se reparou.

in ADB-Congregação de S. Bento, 118.Rendufe (*Estado do Triénio de 1808-1810, fl. 15-15v*).

1811/1813 – Conclusão do aqueduto de adução de água ao claustro, com caleiras de pedra elevadas sobre 53 arcos e pegões de cantaria esquadriada. Escada de acesso à pia de repartição no encosto do aqueduto ao primeiro piso do dormitório da livraria, onde se reparte por canos de chumbo para a sacristia, claustro e cozinha; reparações diversas.

in ADB-Congregação de S. Bento, 118.Rendufe (*Estado do Triénio de 1811-1813, fl. 10v-11*).

1814/1816 – Reparações diversas; meteram-se canos novos de chumbo para adução de água ao dormitório e ao chafariz do claustro.

in ADB-Congregação de S. Bento, 118.Rendufe (*Estado do Triénio de 1814-1816, fl. 16v-18-18v-19*).

1817/1819 – Encaminharam-se as águas vertentes do chafariz do claustro e as sobrantes da cozinha para um tanque de pedra que se fez de

novo na extremidade do campo de fora, em canos de chumbo até saírem na portaria do mosteiro e daí em diante em canos vulgares cobertos de pedra; abriram-se duas clarabóias no dormitório do colégio; reparações diversas.

in ADB-Congregação de S. Bento, 118.Rendufe (*Estado do Triénio de 1817-1819*, fl. 12-12v-13).

1820/1822 – Reparções diversas.

in ADB-Congregação de S. Bento, 118.Rendufe (*Estado do Triénio de 1820-1822*, fl. 6v).

1829 – Colocação de novo cadeiral na capela-mor.

in AISC-Diatário do Mosteiro de Santo André de Rendufe (fl. 40).

1833/1834 – Extinguem-se as ordens monásticas em Portugal ao abrigo dos Decretos de José da Silva Carvalho, de 9 de Agosto de 1833 e de Joaquim António D'Aguiar, de 28 de Maio de 1834. A sua aplicação foi regulamentada posteriormente por José da Silva Carvalho através de Portarias datadas de 20 de Junho de 1834, ao abrigo das quais toda a ala poente do claustro (portaria + refeitório + hospedaria), bem como o compartimento maior da cozinha, ficaram reservados para uso paroquial.

4 de Agosto de 1866 – Carta de venda da maior parte dos edifícios do mosteiro, arrematados em hasta pública em 9 de Julho por António Inácio Marques.

in DGEMN (Norte) – Arquivo Geral Igreja Santo André de Rendufe (*cópia n.º 15706 A., emitida pela Repartição do Património da Direcção Geral da Fazenda Pública, em 27-5-1942*).

29 de Julho de 1877 – Violento incêndio destruiu parte significativa do mosteiro, restando os edifícios que hoje se conservam (igreja, piso baixo do claustro e conjunto a poente deste).

1877/1884 (?) – Demolição do andar superior do claustro na sequência do incêndio.

in DGEMN (Norte) – Arquivo Geral Igreja Santo André de Rendufe (cópia emitida pela Repartição do Património da Direcção Geral da Fazenda Pública, em 26-5-1942, de relatório não datado nem assinado, mas atribuível a António Malheiro da Silva, presidente da Comissão de Avaliação que se deslocou a Rendufe em Abril de 1940).

23 de Junho de 1884 - Carta de venda do jardim do claustro e da casa de lavoura que confronta com a estrada para Braga, arrematados em hasta pública em 14 de Maio por António dos Santos Azevedo Magalhães.

in DGEMN (Norte) – Arquivo Geral Igreja Santo André de Rendufe (cópia n.º 29747, emitida pela Repartição do Património da Direcção Geral da Fazenda Pública, em 27-5-1942).

(?) – Construção da escada interior ligando a residência paroquial ao átrio fronteiro do refeitório e cozinha.

Finais do séc. XIX (?) – Construção de escada no terreiro da igreja para acesso ao piso superior da galeria.

in DGEMN (Norte) – Arquivo Geral Igreja Santo André de Rendufe (cópia emitida pela Repartição do Património da Direcção Geral da Fazenda Pública, em 26-5-1942, de relatório não datado nem assinado, mas atribuível a António Malheiro da Silva, presidente da Comissão de Avaliação que se deslocou a Rendufe em Abril de 1940).

1933/1934 (?) – Desmantelaram-se as canalizações que aduziam água à cozinha.

in DGEMN (Norte) – Arquivo Geral Igreja Santo André de Rendufe (cópia emitida pela Repartição do Património da Direcção Geral da Fazenda Pública, em 26-5-1942, de relatório não datado nem assinado, mas atribuível a António Malheiro da Silva, presidente da Comissão de Avaliação que se deslocou a Rendufe em Abril de 1940).

1940 (?) – Reconstrução da abóbada do coro, por iniciativa do pároco, após queda parcial daquela.

in DGEMN (Norte) – Arquivo Geral Igreja Santo André de Rendufe (informação interna da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, datada de 19-2-1959 – assinatura ilegível).

1960/1965 – Reconstrução da abóbada (em esteira de tijolo armado) e cobertura de toda a nave da igreja.

in DGEMN (Norte) – Arquivo Geral Igreja Santo André de Rendufe, (*Autos de Vistoria e Medição de Trabalhos e fotografias*).

1969 – Demolição das ruínas da livraria, sobre a sacristia; restauro da sacristia, com repavimentação precedida de isolamento do solo a uma profundidade aproximada de 0,6 m.; execução de dreno exterior da igreja, capela do SS e sacristia; construção de escada no terreiro interior até ao piso superior da galeria e pavimentação em laje do salão de São Bento.

in DGEMN (Norte) – Arquivo Geral Igreja Santo André de Rendufe, (*Autos de Vistoria e Medição de Trabalhos e fotografias*).

1973 - Repavimentação da nave precedida de isolamento do solo a uma profundidade aproximada de 0,6 m. (foram revolvidos os enterramentos)

in DGEMN (Norte) – Arquivo Geral Igreja Santo André de Rendufe, (*Autos de Vistoria e Medição de Trabalhos e fotografias*).

1994/1995 (?) - Construção da bateria de sanitários de apoio à paróquia.

Anexo II. Plantas e Alçados

Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M. / MEMÓRIAS, 6, 2010

Por limitações de formatação da plotter disponível, os desenhos foram impressos a escalas ligeiramente menores (1 : 223 e 1 : 227) que a escala do projecto (1 : 200)

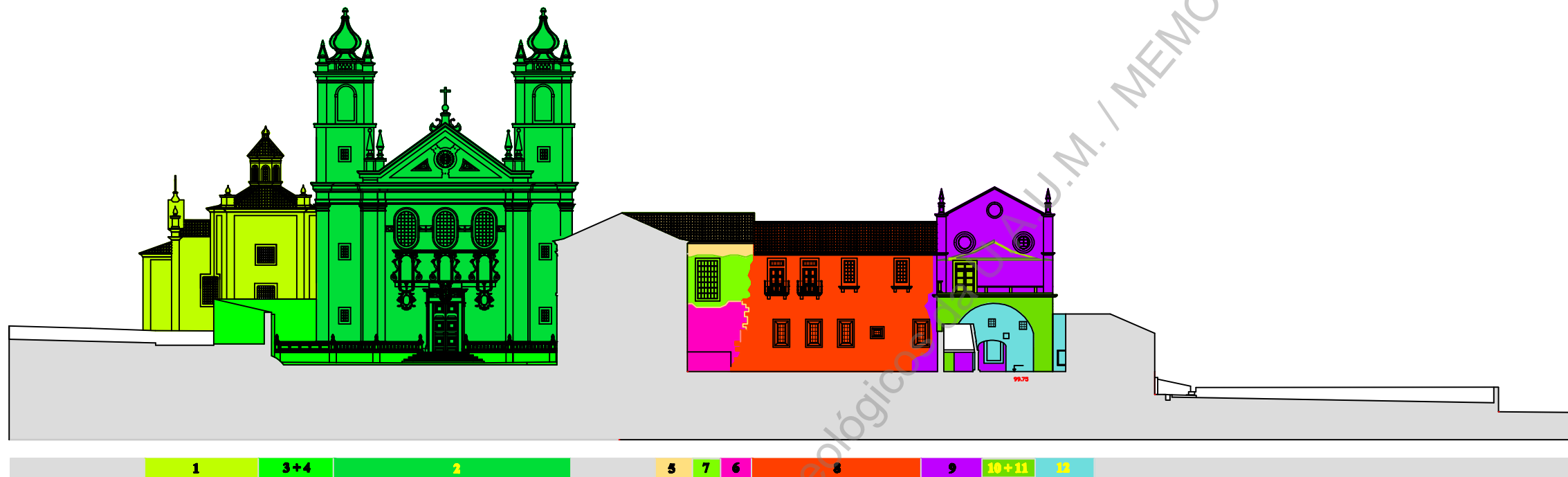
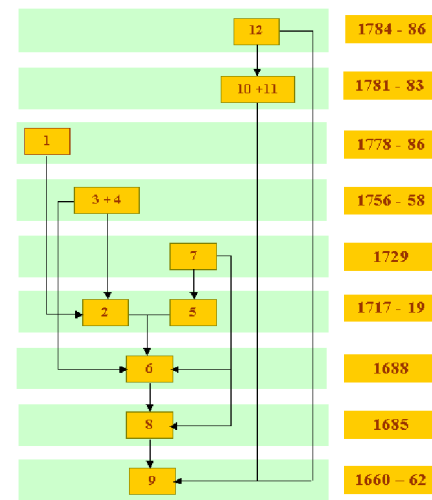


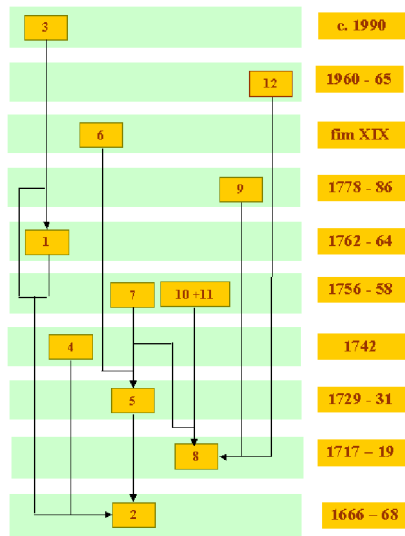
DIAGRAMA DA SEQUÊNCIA ESTRATIGRÁFICA



MOSTEIRO DE RENDUFE - AMARES - BRAGA		LEV. de BIC.
LEITURA DE PARAMENTOS		REV. João Pires
CONT. 2-2		COE. arqueológica
INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO		DATA: 2001
DIRECÇÃO REGIONAL DO PORTO		BRAGA: 2000
		01



DIAGRAMA DA SEQUÊNCIA ESTRATIGRÁFICA



MOSTEIRO DE BENDUFE - AMAREU - BRAGA		IPH. A&M.	
LEITURA DE PARAMENTOS		M&A. Lda. P&M	
CONTE 12-12		C&A. Arqueológica	
INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO		M&A. 2001	
DIRECÇÃO REGIONAL DO PORTO		B&A. 2001	
		02	

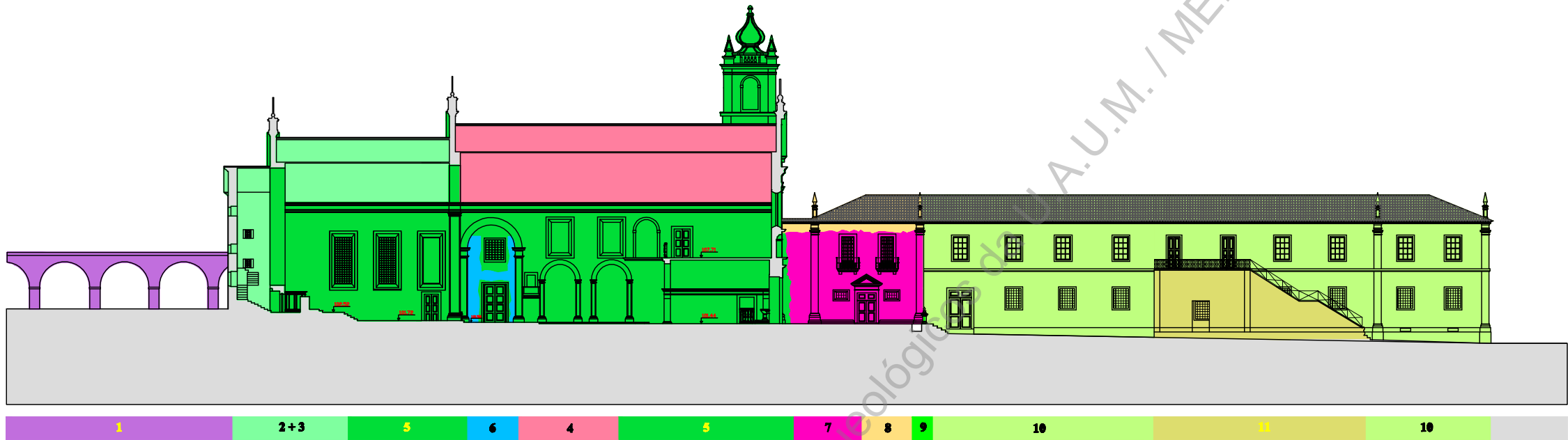
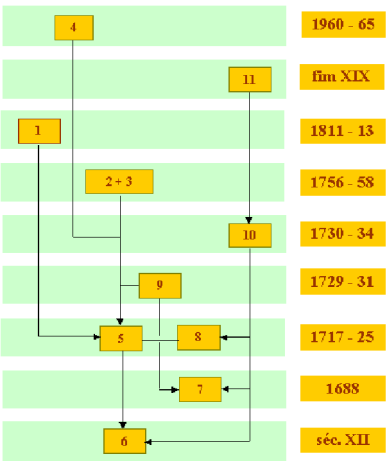


DIAGRAMA DA SEQUÊNCIA ESTRATIGRÁFICA



MOSTEIRO DE RENDUFE - AMARES - BRAGA		LEV. de REC.
LEITURA DE PARAMENTOS		DES. João Pereira
CONTE 13-13		CM. arqueológica
INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO		DATA: 2001
DIRECÇÃO REGIONAL DO PORTO		ENCAR.: 1.000
		03

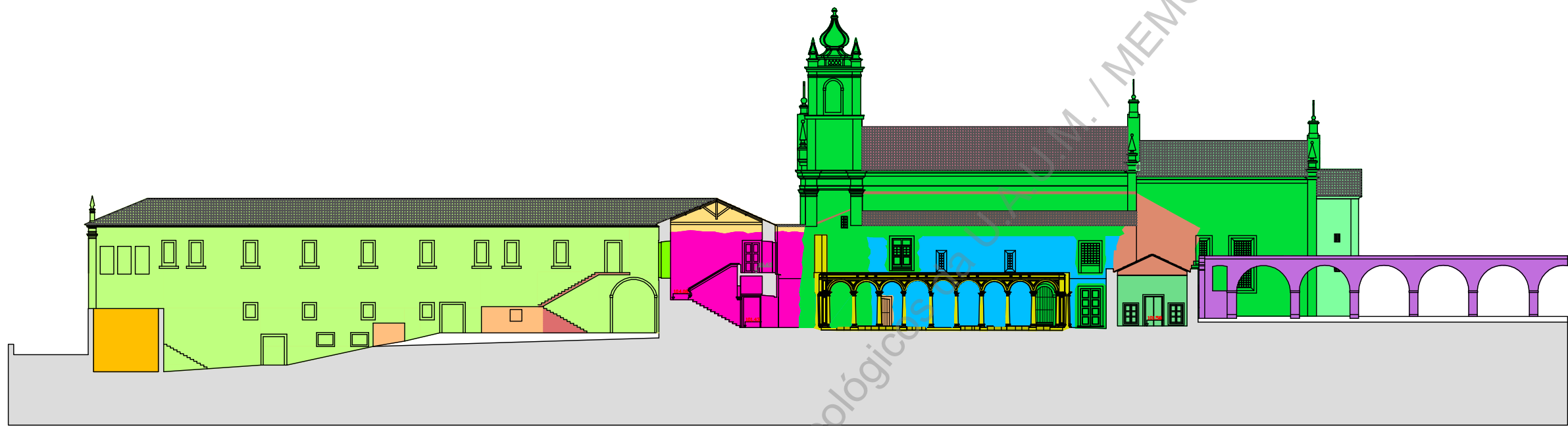
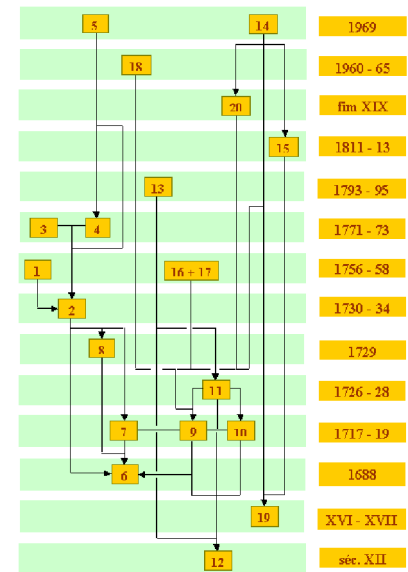


DIAGRAMA DA SEQUÊNCIA ESTRATIGRÁFICA



MOSTEIRO DE RENDUFE - AMARES - BRAGA		LEV. G&BPC.
LEITURA DE PARAMENTOS		DEB. João Pontes
CONTE 14-14		CEL. Arqueologia
INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO		DATA: MAI 2001
DIRECÇÃO REGIONAL DO PORTO		ESCALA: 1:200
		04

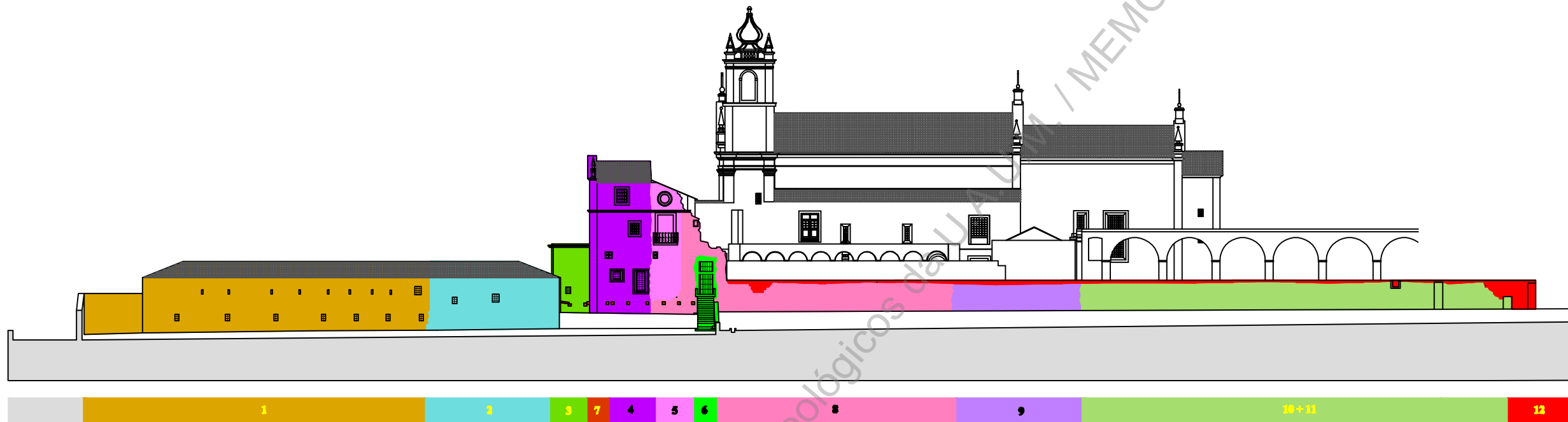
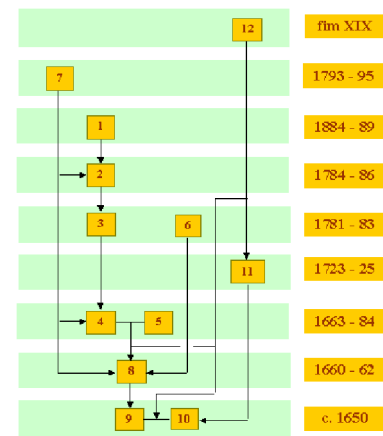
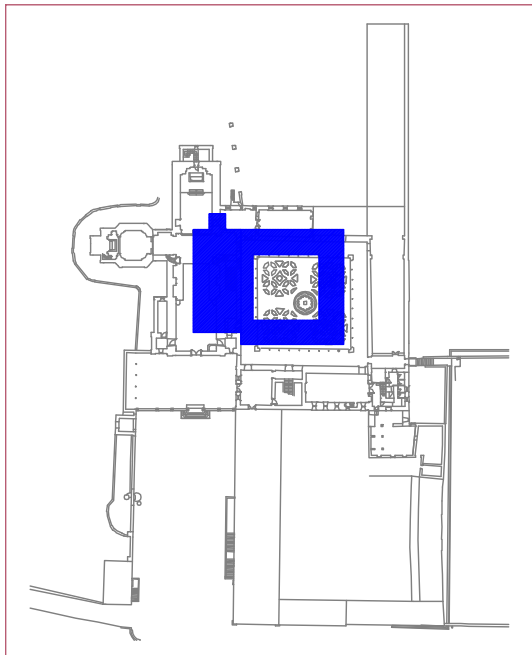


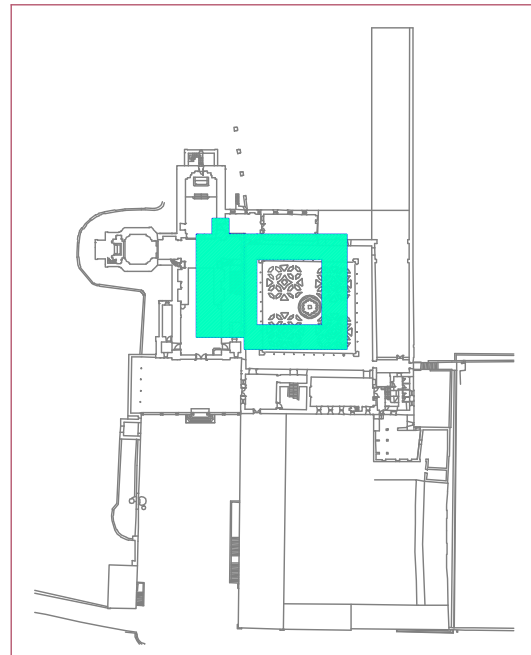
DIAGRAMA DA SEQUÊNCIA ESTRATIGRÁFICA



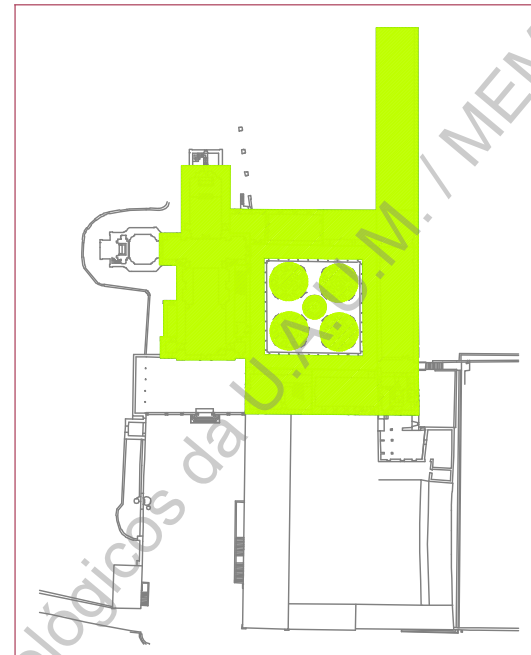
MOSTEIRO DE RENDUFE - AMARES - BRAGA		INT. 4000
LEITURA DE PARAMENTOS		INT. 4000
CONTE 10-10		INT. 4000
INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO		INT. 4000
DIRECÇÃO REGIONAL DO PORTO		INT. 4000
		05



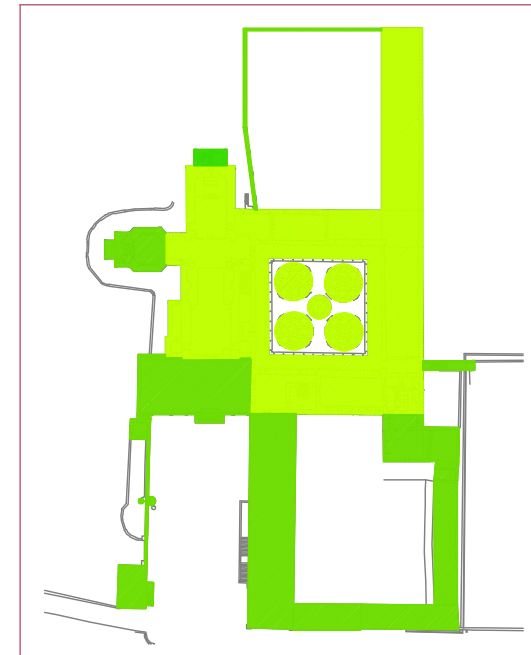
FASE I : SÉCULOS XII – XV



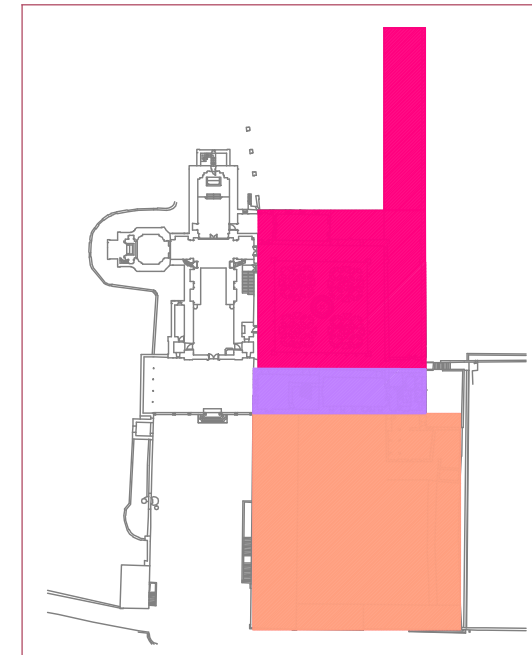
FASE II : SÉCULO XVI



FASE III : SÉCULOS XVII – XVIII



FASE IV : SÉCULOS XVIII – XIX



FASE V : SÉCULOS XIX – XX

Anexo III. Diagramas

Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M. / MEMÓRIAS, 6, 2010

DIAGRAMA CORTE 2-2

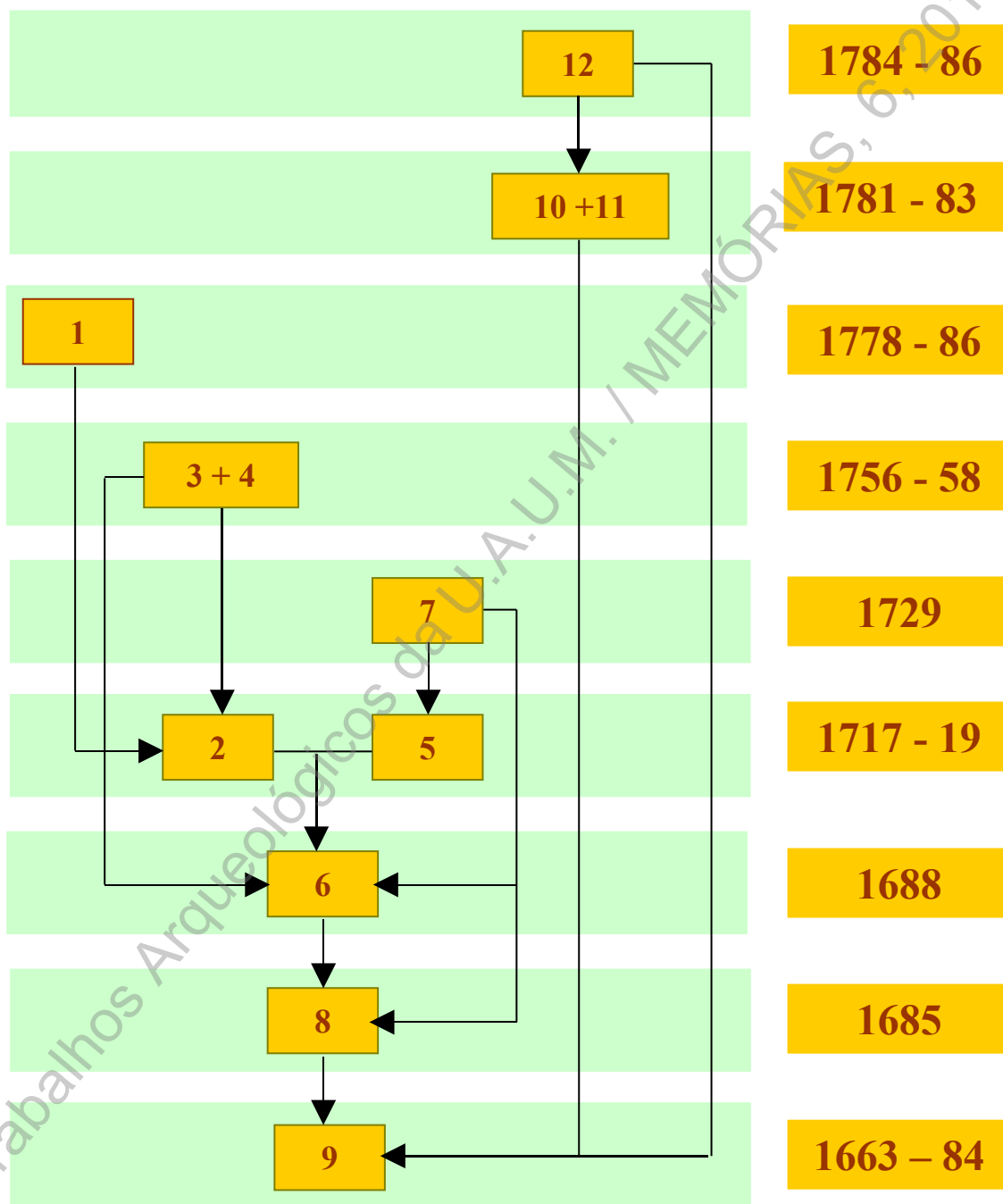


DIAGRAMA CORTE 12-12

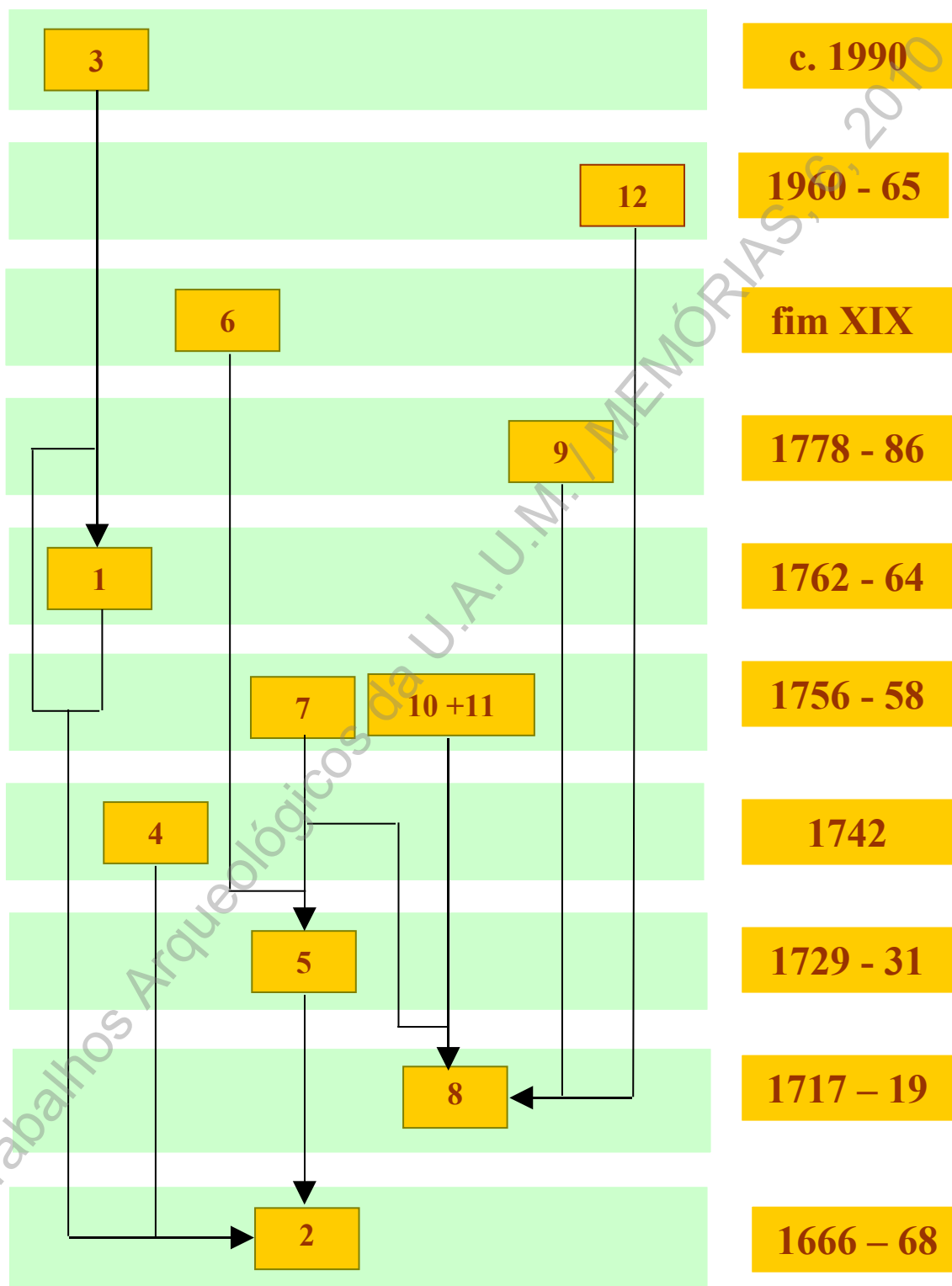


DIAGRAMA CORTE 13-13

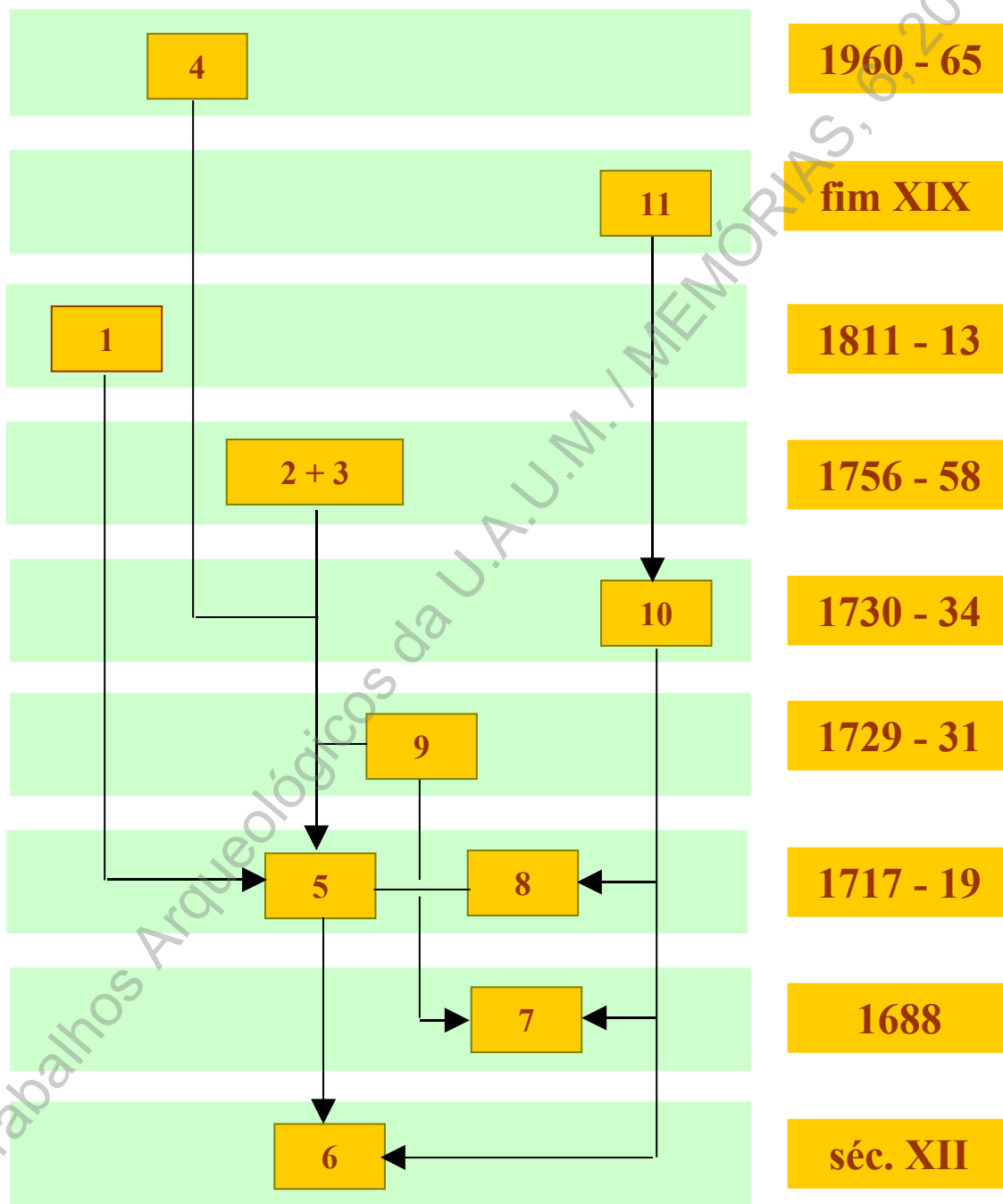


DIAGRAMA CORTE 14-14

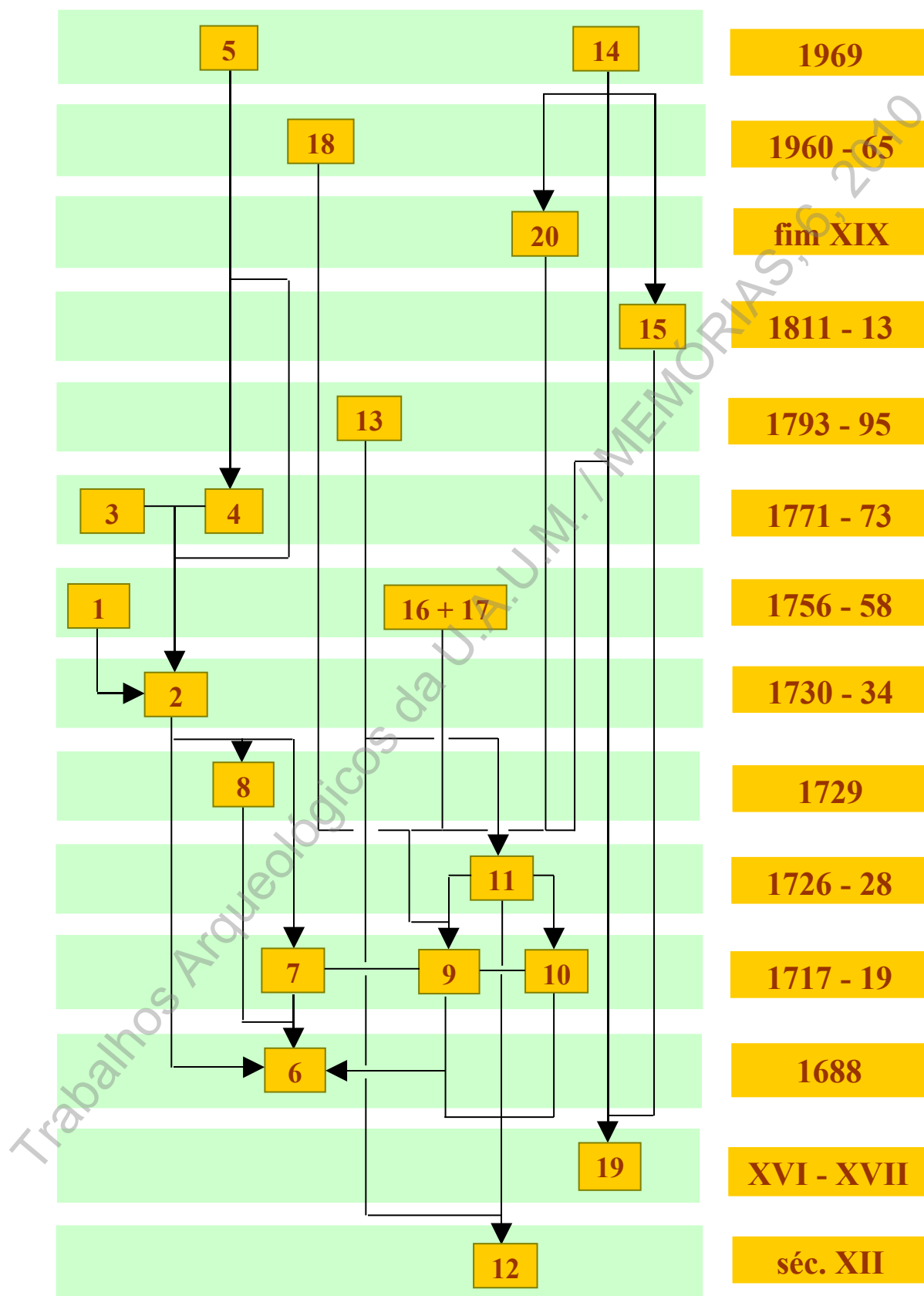


DIAGRAMA CORTE 19-19

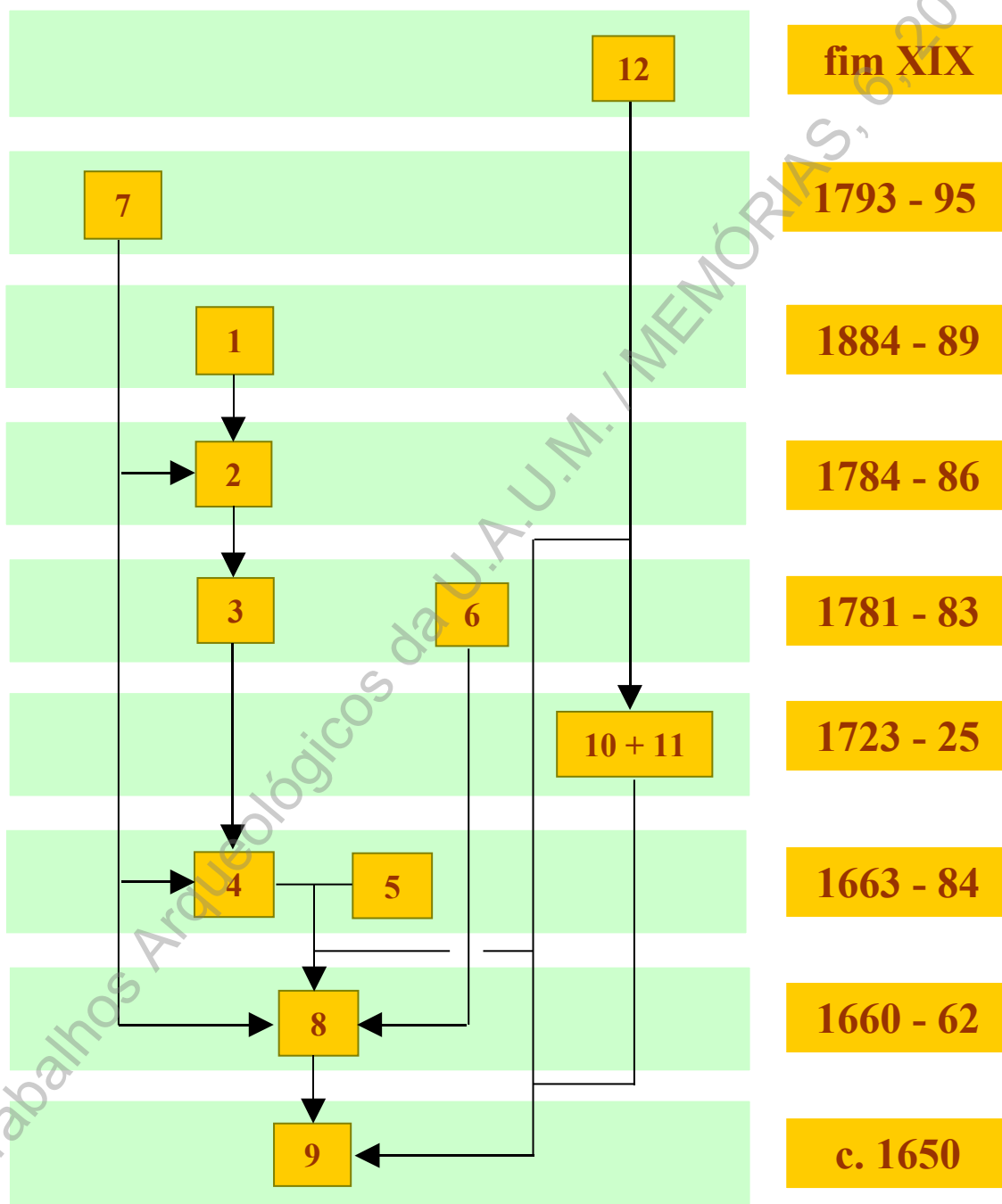
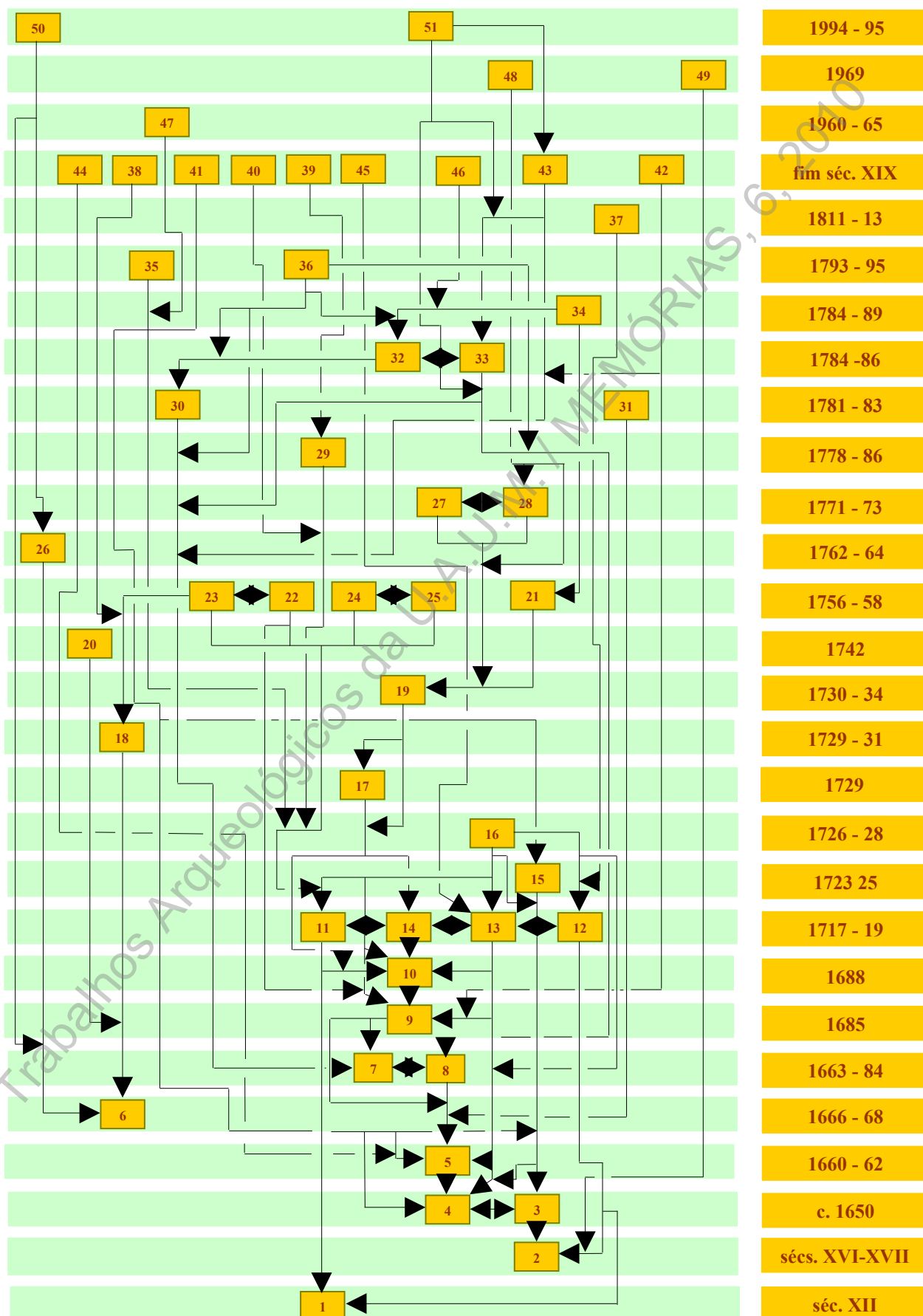


DIAGRAMA PISO 0



Anexo IV. Fotografias

Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M. / MEMÓRIAS, 6, 2010

As fotografias 1 a 54 são da autoria de Luis Fontes.

As fotografias 55 a 59 são do arquivo da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais / Porto, não tendo qualquer referência à sua autoria.



1 – Vista aérea (de SO), do mosteiro de Santo André de Rendufe.



1 – Vista aérea (de SE), do mosteiro de Santo André de Rendufe.



3 – O mosteiro, visto de nascente.



4 – O mosteiro, visto de Sul.



5 – O mosteiro, visto de Oeste.



6 – O mosteiro, visto de Norte.



7 – Casa da audiência e cadeia.



8 – Fonte armoriada do terreiro.



9 – Alpendre do pátio da igreja.



10 – Fachada ocidental da igreja.



11 – Pormenor do aparelho construtivo na torre setentrional da igreja.



12 – Fachada ocidental da capela do Santíssimo Sacramento.



13 – Pormenor do aparelho construtivo da capela do Santíssimo Sacramento.



14 – Pormenor do aparelho construtivo na fachada setentrional da capela-mor.



15 – Tribuna da cabeceira da capela-mor.



16 – Ligação da igreja com a ala da livraria, percebendo-se a empena original desta e o encosto do aqueduto.



17 – Claustro e alçado meridional da igreja.



18 – Quadra claustral, vista da torre Sul da igreja.



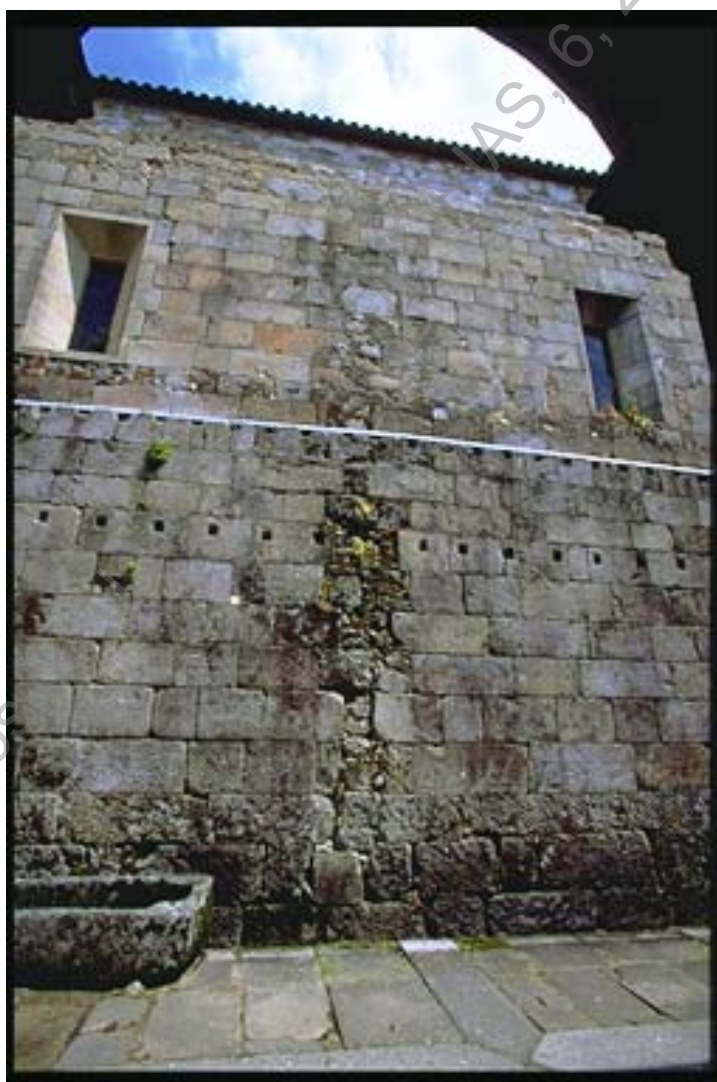
19 – Perspectiva do chafariz do claustro.



20 – Vista parcial da fachada meridional da igreja.



21 – Sarcófago antropomórfico medieval, na galeria norte do claustro.



22 – Pormenor da parede Sul da igreja, evidenciando os diferentes aparelhos e actividades construtivas.



23 – Revestimento em azulejo na parede Sul da igreja.



24 – Vista parcial da fachada nascente da ala do refeitório.



25 – Vista parcial da fachada nascente da ala do refeitório, evidenciando-se os vãos encerrados do lavatório e da porta do refeitório.



26 – Pormenor do aparelho construtivo na linha de junção entre o refeitório e a portaria.



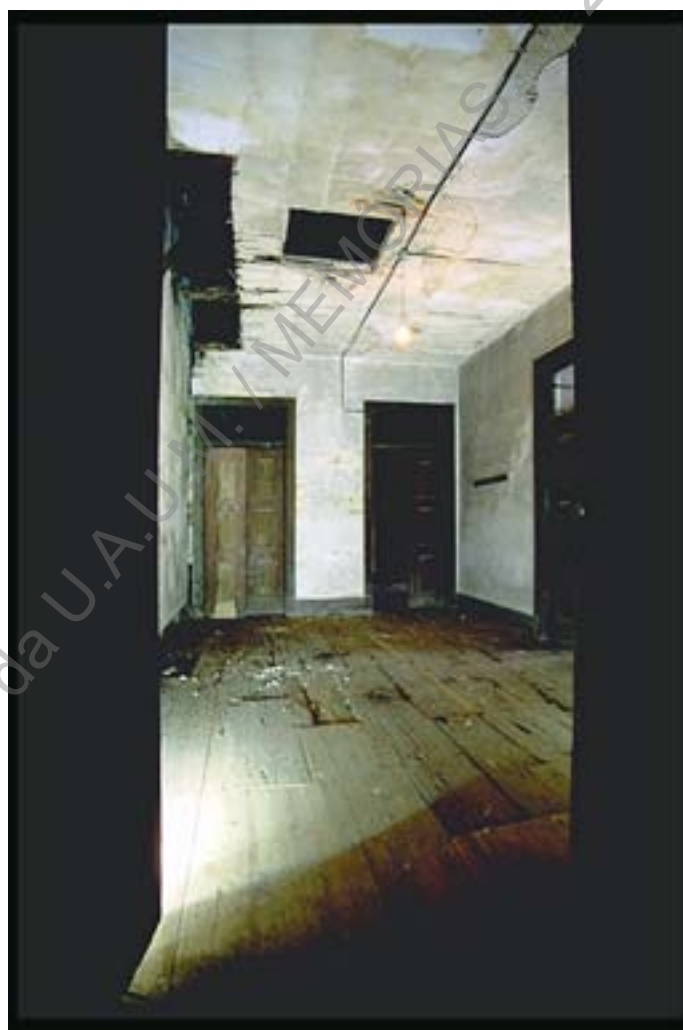
27 – Fachada da portaria principal do mosteiro.



28 – Salão da portaria.



29 – Escadas da portaria.



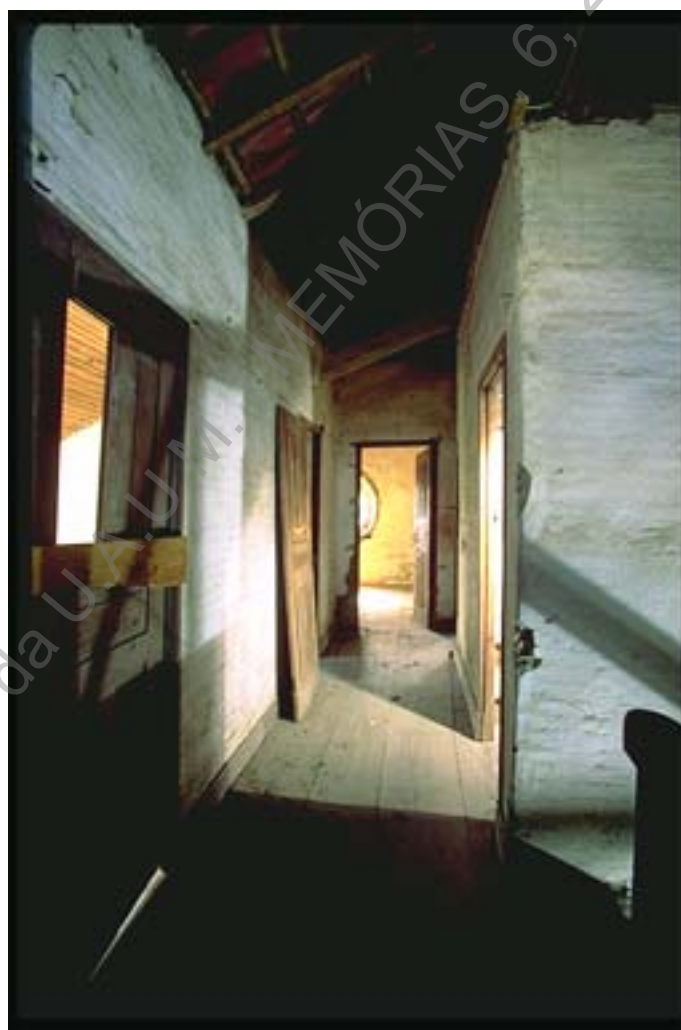
30 – Sala de entrada na residência paroquial.



31 – Pormenor de divisória em taipa de fasquio, na residência paroquial.



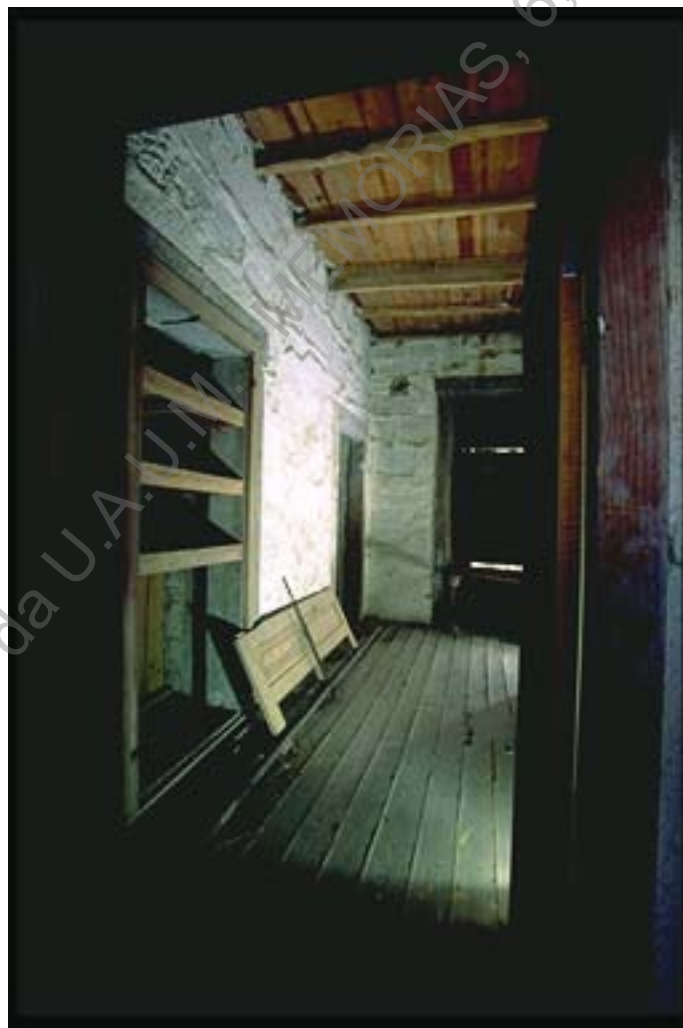
32 – Cozinha da residência paroquial.



33 – Corredor de distribuição no piso 2 do topo Sul da ala do refeitório.



34 – Óculo encerrado na parede ocidental do topo Sul da ala do refeitório, no piso 3.



35 – Reaproveitamento de vãos de portas no compartimento de acesso à varanda sobre a cozinha.



36 – Vista interior do refeitório.



37 – Pormenor da zona de passagem do claustro para a horta, evidenciando-se diversos aparelhos e actividades construtivas.



38 – Cozinha vista do acesso actual, pelo lado do refeitório.



39 – Vista parcial do interior da cozinha.



40 – Fachada ocidental da ala do refeitório.



41 - Pormenor da fachada ocidental da ala do refeitório, evidenciando os aparelhos construtivos e a linha de separação entre o bloco do refeitório e a portaria.



42 – Fachada setentrional da galeria poente.



43 – Porta dos carros, na fachada Norte da galeria poente.



44 – Fachada meridional da galeria poente.



45 – Pormenor do abobadamento no piso inferior da galeria poente.



46 – Vista parcial do piso das telhas, na galeria poente.



47 – Perspectiva do corredor do piso superior da galeria poente.



48 – Perspectiva geral do terreiro interior.



49 – Vista parcial do alpendre da estribaria e hospedaria de moços (sul).



50 – Vista parcial da fachada Sul do mosteiro, evidenciando distintos aparelhos e actividades construtivas na zona da hospedaria, cozinha e topo ocidental do hospício.



51 – Topo nascente do dormitório do colégio, evidenciando vestígios dos pilares da varanda “de Carcavelos”.



52 – Diferentes aparelhos construtivos na zona de contacto do dormitório do colégio com o hospício. Notar, em baixo e à esquerda, o ressalto em chanfro.



53 – O aqueduto no troço do laranjal. Nos pilares percebem-se os cortes da parede que os unia.



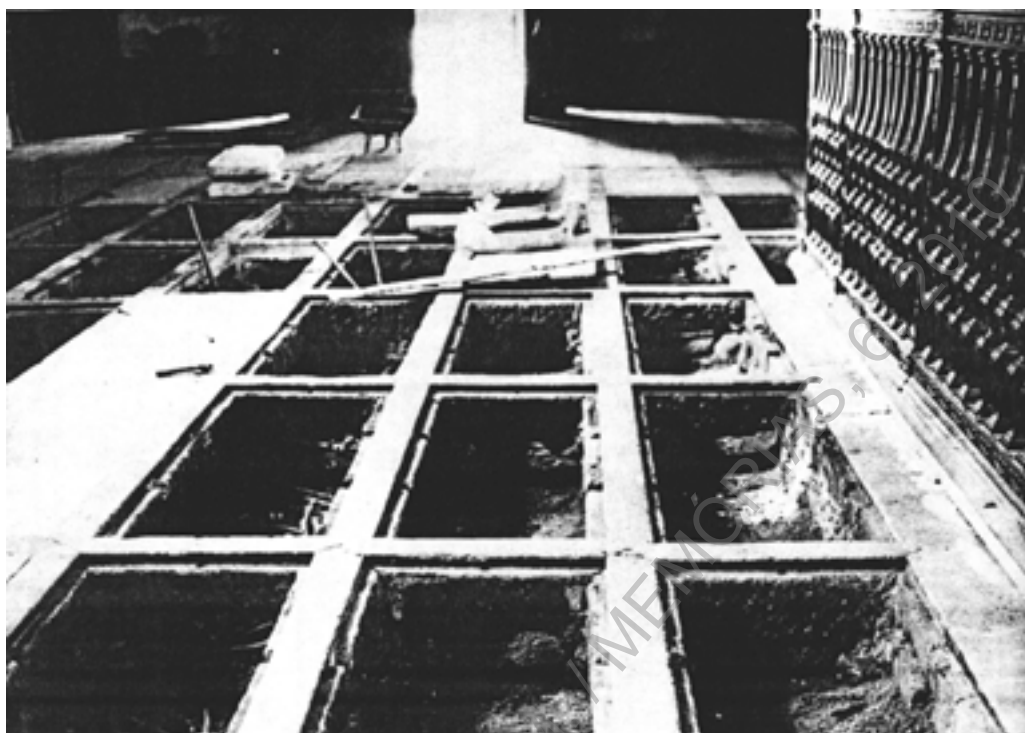
54 – Perspectiva do aqueduto, vista de Este.



56 – Pormenor da reconstrução da abóbada da igreja (imagem reproduzida a partir de fotocópia).



57 – Construção de escada, em betão, na fachada Sul da galeria poente (imagem reproduzida a partir de fotocópia).



58 – Desaterro parcial das sepulturas na nave da igreja (imagem reproduzida a partir de fotocópia).



59 – Recolocação das guias de granito do pavimento da nave da igreja (imagem reproduzida a partir de fotocópia).

Anexo V. Plano de Trabalhos

Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M. / MEMÓRIAS, 6, 2010

**MOSTEIRO DE SANTO ANDRÉ DE RENDUFE
(AMARES)**

Estudo Histórico e Arqueológico

Plano de Intervenção Arqueológica

Luis Fernando de Oliveira Fontes

Braga

Maió 2001

Introdução

A intervenção em monumentos arquitectónicos faz-se, cada vez mais, articulando diversas disciplinas e saberes, isto é, de forma integrada, no sentido de satisfazer os preceitos metodológicos de uma abordagem pluridisciplinar, como recomendam as cartas e convenções internacionais das quais o estado português é subscritor.

Assim acontece com o mosteiro de Santo André de Rendufe, em Amares, objecto de intervenção por iniciativa do IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico, e no âmbito da qual se implementou o “estudo histórico-arqueológico” de que o presente texto é parte integrante.

Numa primeira fase, constituindo uma espécie de estudo prévio, a componente arqueológica da intervenção em Rendufe contemplou a recolha de documentação, o registo fotográfico do existente, uma primeira análise da evolução do edificado e a elaboração de um “Plano de Intervenção Arqueológica”.

É esse plano que a seguir se apresenta e através do qual se identificam as condicionantes, se propõe uma metodologia de actuação e se estabelecem as acções arqueológicas específicas a realizar, tendo em vista cumprir três objectivos principais: um de natureza científica (aumentar o conhecimento sobre o mosteiro); outro de carácter informativo (proporcionar dados às diversas artes envolvidas, em especial à arquitectura e à engenharia); e um terceiro de natureza preventiva (minimizar os impactes das obras no subsolo).

Condicionantes

O mosteiro de Rendufe nunca foi objecto de quaisquer estudos de carácter arqueológico, não se conhecendo as características da sedimentação antrópica acumulada no local em que se implanta.

Porém, existem um conjunto de elementos que permitem considerar a existência de ruínas no subsolo como altamente provável. Entre eles refiram-se: 1 - a documentação coeva da fundação, testemunhando a construção de um mosteiro no local durante os finais do século XI; 2 – a existência de paredes atribuíveis à fase construtiva românica do mosteiro, que se conservam *in situ*, a par de elementos avulso da decoração arquitectónica; 3 – a abundante documentação que regista remodelações, ampliações e reconstruções de partes significativas do mosteiro entre os séculos XVI e XVIII.

Esses vestígios, que se relacionarão sobretudo com o mosteiro medieval e quinhentista, anterior portanto ao século XVII, localizar-se-ão especialmente no claustro e alas envolventes, tendo em consideração que aí se implantaria o núcleo original, como exige a manutenção da parede meridional do templo medieval (ver Fig.1).

Para esta zona central do mosteiro, especialmente sensível, qualquer sondagem exploratória e obra com incidência no subsolo, porque potencialmente destrutivas de quaisquer vestígios arqueológicos eventualmente existentes, deverão estar sujeitas à realização de trabalhos prévios de escavação arqueológica.

Exceptuando os vestígios relacionados com o sistema hidráulico de adução e drenagem de águas, não se prevê a existência de vestígios arqueológicos nas restantes áreas do mosteiro. Por outro lado, admite-se que intervenções contemporâneas, bem documentadas, com incidência no subsolo, tenham destruído eventuais vestígios arqueológicos, designadamente no fosso que circunda a igreja em todo o lado Norte, na

galeria meridional do claustro e no topo Sul da ala do refeitório (zona do WC) (ver Fig.2).

Para esta segunda zona do mosteiro, qualquer obra com incidência no subsolo deve fazer-se com acompanhamento presencial de técnicos de arqueologia.

Ao nível do edificado existente, reconhece-se a existência de diversas fases construtivas, patentes nos diferentes aparelhos evidenciados nos alçados dos edifícios. A sua análise é fundamental para a compreensão da evolução do mosteiro nos séculos XVII e XVIII, importando cruzar a análise dos paramentos com a documentação que reporta as obras efectuadas no mosteiro durante os séculos XVII e XVIII.

Qualquer obra relacionada com o revestimento de paredes deverá estar sujeita à realização prévia de trabalhos arqueológicos de leitura de paramentos (i.e. *Arqueologia da Arquitectura*).

O prosseguimento e conclusão de obras com impacte sobre vestígios arqueológicos só poderá ter lugar com o consentimento expresso do dono da obra, no caso vertente o IPPAR (Instituto Português do Património Arquitectónico), previamente informado pelo arqueólogo responsável.

Metodologia

A coordenação da intervenção no mosteiro de Santo André de Rendufe, da responsabilidade do IPPAR, deverá planear as diversas actuações tendo em vista evitar a sua sobreposição no espaço e no tempo. No que respeita à intervenção arqueológica deverá garantir, especialmente, que esta preceda as obras de construção civil.

No caso do acompanhamento arqueológico de obras, recomenda-se maior flexibilidade de planeamento, tanto no que respeita a eventuais

interrupções dos trabalhos de construção civil, como no que se relaciona com a revisão das prioridades de escavação e eventual reforço da equipa de arqueologia.

No que concerne à metodologia específica a seguir nos trabalhos arqueológicos, propõe-se o seguinte:

A - referenciação das zonas de escavação a uma quadrícula orientada pelos eixos do mosteiro, a qual deve ter amplitude suficiente para abranger todo o complexo monástico;

B - abertura de zonas de escavação tão amplas quanto possível, de modo a facilitar a compreensão das estruturas e estratigrafias que venham a identificar-se;

C - decapagem dos sedimentos por camadas naturais, adoptando-se um registo que permita a aplicação da matriz Harris, suportado por descrições dos contextos estratigráficos em fichas e por registos planimétricos e altimétricos de estruturas, estratigrafias e alçados, em desenho, à escala 1:20;

D - referenciação do espólio aos contextos estratigráficos, efectuando-se ainda no local da intervenção o seu tratamento preliminar (lavagem e/ou limpeza, marcação e acondicionamento);

E - registos fotográfico e vídeo sistemáticos;

F – processamento digital da informação;

G – elaboração de relatórios anuais de progresso e de relatório final após conclusão da intervenção.

Acções

A calendarização das acções será da responsabilidade da entidade promotora da intervenção no mosteiro de rendufe, o IPPAR,

recomendando-se que seja salvaguardada a questão da precedência da actuação da arqueologia em relação a quaisquer obras.

Tarefas a realizar:

- sondagens específicas para apoio a diagnósticos de engenharia (estruturas, fundações e drenagens) e/ou informar projecto de arquitectura;
- levantamentos pormenorizados do alçado exterior sul da nave e dos alçados da ala do refeitório (para análise de paramentos);
- levantamentos pormenorizados dos pavimentos do claustro, salão de São Bento, refeitório, cozinha e átrio da sacristia (para registo auxiliar);
- escavações no claustro (4 zonas – ver Fig.3);
- escavações na ala do refeitório (2 zonas – ver Fig.3);
- escavações no átrio da sacristia (1 zona – ver Fig.3);
- escavações na ala meridional do claustro (1 zona – ver Fig.3);
- escavações na igreja (2 zonas – ver Fig.3)
- acompanhamento de obra e minimização de impactes;
- tratamento preliminar de espólio;
- tratamento informático dos dados;
- elaboração de relatórios

notas complementares:

1 - A equipa de arqueologia deve ter acesso ao mosteiro de forma autónoma, facultando-se ainda a utilização de sanitários, consumo de água para lavagem de materiais e energia eléctrica para iluminação e equipamentos.

2 - Devem assegurar-se instalações para arrecadação de equipamentos, ferramentas e espólio (serão suficientes alguns compartimentos da antiga residência paroquial, na ala do refeitório).

3 - Para os eventuais trabalhos arqueológicos que decorram do acompanhamento das obras, deverá contar-se com mão-de-obra não especializada a fornecer pelo empreiteiro (a estabelecer no respectivo caderno de encargos).

4 – Deve contemplar-se a colaboração de um especialista em antropologia física, para acompanhamento de eventuais achados de enterramentos com restos osteológicos *in situ*.

Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M. / MEMÓRIAS, 6, 2010

Ilustrações

Fig. 1 – Planta do mosteiro de Rendufe com indicação das 3 principais fases de evolução do edificado (proposta provisória).

Fig.2 – Planta do mosteiro de Rendufe assinalando as zonas de revolvimento contemporâneo do subsolo.

Fig.3 – Planta do mosteiro de Rendufe com indicação das zonas a ser objecto de escavação arqueológica: 3.1 – igreja; 3.2 – átrio sacristia; 3.3 – claustro; 3.4 – ala Sul claustro; 3.5 – ala do refeitório.